extra 28 Anos
www.ojornalextra.com.br
MACEIÓ-ALAGOAS ANO XXVIII - Nº 1391 - 21 A 27 DE NOVEMBRO DE 2026

COLUNA SURURU
Governo de JHC: um salto no escuro ou esperança de modernização do estado?

Ação contra Marina irá para as calendas gregas; senadora eleita pode ficar refém do STF

Governador Paulo Dantas corre risco de ficar desempregado e perder foro especial 2

CHATGPT



Reforma tributária ameaça indústrias do Nordeste

■ Fim da guerra fiscal e fundo regional deixam região vulnerável diante do Sudeste 6 e 7

PREFEITOS FAZEM DEMISSÃO EM MASSA APÓS DERROTA DO GOVERNO 8

CARTÓRIOS

CNJ DISPENSA NOVA ESCOLHA DE SERVENTIAS POR APROVADOS EM CONCURSO 10

JOAQUIM GOMES

PREFEITO É ACUSADO DE MANTER TRABALHADORES SEM CARTEIRA ASSINADA 9

JUSTIÇA DÁ 10 DIAS PARA MACEIÓ REABRIR UNIDADE DA PESTALOZZI 12



FACEBOOK

TJ JULGA DIA 24 PROCESSO QUE PODE TORNAR CRISTIANO MATHEUS INELEGÍVEL 3

COLUNA SURURU DA REDAÇÃO

"Jornalismo é oposição. O resto é armazém de secos e molhados"

(Millôr Fernandes)

Herança maldita

1 - É costume nacional governantes reclamarem da "herança maldita" deixada pela gestão anterior, muitas das vezes como cortina de fumaça para esconder a falta de planos de governo ou esquecer promessas de campanha que os ajudaram a chegar ao poder. Alguns conseguem superar adversidades herdadas e se projetar como bons gestores, enquanto outros são vencidos por falta de iniciativas e acabam sucumbindo sob o fracasso de gestões medíocres.

2 - Alagoas conhece essa história e hoje vive a expectativa de um governo de oposição que vai suceder a um grupo político há décadas no poder, com todos os vícios e desvios morais que uma longa gestão pública pode oferecer. JHC chegou ao governo movido pelo desejo de mudança do eleitor, que dispensou apresentação do candidato sem questionar sua competência para o cargo, dando um cheque em branco para o ex-prefeito governar o estado.

3 - Para alguns, a eleição de João Henrique Caldas foi um salto no escuro por falta de um plano de governo consistente e pela pouca experiência do jovem político para enfrentar os desafios de um estado pobre e endividado. A maioria dos alagoanos, no entanto, acredita que JHC levará para o estado a experiência como prefeito de Maceió, vendida como das mais eficientes gestões na história da cidade. O que não é bem assim.

4 - Ainda não se conhece a "herança maldita" que o Governo Paulo Dantas deixará para o sucessor, mas como a maioria dos estados nordestinos, Alagoas enfrenta problemas estruturais históricos, com metade da população vivendo do Bolsa Família.

5 - Há mais de 20 anos o economista e professor da Ufal Edimilson Correia Veras já alertava para o fato de que o estado de Alagoas é um grande bolsão de miséria, mas é preciso esperar janeiro chegar para ver o tamanho da responsabilidade que espera por João Henrique Caldas.

PT flerta com Dilma 2

"Ao resistir até a medidas tímidas para conter gastos, o PT sabota seu próprio governo".

Editorial da Folha de S. Paulo

O jogo de Otávio Lessa

O agora ex-conselheiro do TCE, Otávio Lessa, decidiu antecipar sua aposentadoria para assumir a presidência da Arsal, agência reguladora de serviços públicos do Estado, cuja nomeação ainda corre o risco de ser derrubada na Justiça.

Otávio Lessa teria mais cinco anos no tribunal até a data da compulsória, mas decidiu apressar a saída para dar espaço ao governador Paulo Dantas, que deve sucedê-lo no cargo, e cuja indicação também é questionada na Justiça.

Ao correr o risco de ser vetado na Arsal e ficar fora do TC, o conselheiro dá sinais de que há interesses bem maiores para deixar o tribunal e todas as mordomias do cargo. Oficialmente, sabe-se que sua saída do TCE acomoda interesses políticos do irmão Ronaldo Lessa e do governador Paulo Dantas, que busca foro especial no TC. Mas nos corredores do poder fala-se à boca miúda que há milhões de interesses por trás desse acordo de cavalheiro.

Destino de Dantas

Paulo Dantas corre o risco de perder o foro especial a partir de janeiro quando acaba seu mandato de governador. Se até lá não for nomeado para o Tribunal de Contas do Estado (TCE) perderá o emprego vitalício e a imunidade do cargo de conselheiro.

Fim de linha

Outro político em fim de carreira que pode ficar desempregado é Ronaldo Lessa, que renunciou ao cargo de vice-governador de Paulo Dantas para apoiar a candidatura de JHC ao governo. Havia a expectativa de Lessa disputar o Senado o que não aconteceu; após a eleição recebeu a promessa de ser 1º suplente de Marina, mas acabou na 2ª suplência, que recusou.

Consolo

A título de consolação o governador eleito anunciou que nomeará Lessa para comandar o Fecoep, fundo estadual de erradicação da pobreza, mas até esse cargo está ameaçado por denúncias de desvio de recursos do próprio fundo durante o governo de Lessa.

Marina na berlinda

O processo que pede a impugnação da candidatura de Marina Candia, em trâmite no TSE, tem todos os ingredientes políticos para acabar nas calendas gregas. A senadora eleita é acusada de não se afastar do cargo de conselheira do Cesmac no prazo da lei. Qualquer que seja a decisão haverá recurso ao STF onde o processo pode durar o tempo do mandato dependendo das conveniências do sistema.

Na hipótese de impugnação da candidatura, haverá nova eleição em Alagoas, e Alfredo Gaspar poderá concorrer com chances reais de vitória, o que não interessa ao STF e muito menos ao presidente Lula. Essa probabilidade pode segurar Marina no cargo ad eternum, embora refém dos interesses políticos da suprema corte. Alimentado por dois grupos políticos rivais, esse caso está fadado a dormir nas gavetas do STF até a perda de objeto.

De olho em Gaspar

Rodrigo Cunha está trabalhando para fechar uma eventual aliança com Alfredo Gaspar a partir de janeiro, quando acaba o mandato do deputado. O interesse do prefeito é evitar que Gaspar concorra à Prefeitura de Maceió em 2028 contra o próprio Cunha, que só pensa na reeleição.

Mutirão judicial

O corregedor-geral de Justiça interino, Fábio Ferrario, está apertando o cerco para agilizar o julgamento da montanha de processos em atraso como forma de reduzir a impunidade e melhorar os serviços judiciais no estado. A meta é realizar 50 júris nos dois primeiros dias de dezembro e fechar o ano com todos os processos de 1º grau com mais de 10 anos julgados. É missão quase impossível.

extra 28 Anos
MACEIÓ - ALAGOAS
www.ojornalextra.com.br

EDITORA NOVO EXTRA LTDA
CNPJ: 04246456/0001-97
Av. Aspirante Alberto Melo da Costa,796
Ed. Wall Street Empresarial Center
Sala 26 - Poço - Maceió - AL
CEP: 57.000-580
EDITOR
Fernando Araújo

CONSELHO EDITORIAL
Luiz Carnaúba (presidente),
Mendes de Barros
e Maurício Moreira

SERVIÇOS JURÍDICOS
Rodrigo Medeiros

ARTE
Fábio Alberto - 99812-6208
Paulo Holanda - Design
REDAÇÃO - DISK DENÚNCIA
contato@novoextra.com.br

As colunas e artigos assinados não expressam necessariamente a opinião deste jornal

DIA 24

TJ julga processo que pode tornar Cristiano Matheus inelegível

MP acusa ex-prefeito de Marechal Deodoro de ter comandado esquema de 'funcionários fantasmas'

MARIA SALÉSIA
salesiaramos18@gmail.com

O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) deve julgar na próxima terça-feira (24) uma ação penal contra o ex-prefeito de Marechal Deodoro Cristiano Matheus da Silva e Sousa, que pode torná-lo inelegível. Na ação movida pelo Ministério Público Estadual (MPAL), o ex-gestor é acusado de praticar, no mínimo, oito crimes — entre crimes de responsabilidade e peculato (desvio de dinheiro público) — ao comandar um esquema de "funcionários fantasmas" na prefeitura durante sua gestão.

A denúncia — registrada no sistema do Ministério Público sob o protocolo SAJ/MP NF 01.2021.00001186-4 — é assinada pelo promotor de Justiça Hamilton Carneiro Júnior e tem como base três inquéritos conduzidos pela Polícia Federal em Alagoas em 2017. De acordo com o documento, o então prefeito nomeou diversas pessoas para cargos comissionados sem que elas sequer soubessem ou desempenhassem qualquer função, permitindo o desvio e a apropriação ilícita de verbas públicas em proveito próprio.

Os delitos apontados pelo MP estão previstos no Decreto-Lei nº 201/1967 (que trata dos crimes de responsabilidade de prefeitos) e no Código Penal. Além da condenação criminal e da consequente suspensão dos direitos políticos pela Lei da Ficha Limpa, o órgão pede que a Justiça fixe uma indenização a ser paga pelo ex-prefeito para ressarcir os cofres do município.

INSTAGRAM



Cristiano Matheus disputou vaga de deputado federal este ano sem sucesso

Parentes e ex-companheiras na folha

De acordo com os depoimentos colhidos pela Polícia Federal e anexados à denúncia, integrantes do núcleo familiar e pessoas próximas ao ex-prefeito constavam formalmente da folha de pagamento de Marechal Deodoro, mas afirmaram aos investigadores que nunca prestaram serviços à administração municipal.

Maxwel de Barros Silva, irmão de Cristiano Matheus, aparecia nos registros como assessor técnico, com salário de R$ 4 mil, mas declarou à polícia que nunca exerceu qualquer cargo na prefeitura.

A tia e o ex-companheiro também aparecem no esquema. Servidora efetiva como enfermeira no município, a tia do ex-prefeito, Maria Emília Bonfim Barbosa, teve diversas portarias de nomeação e exoneração para cargos comissionados no gabinete — incluindo o de chefe de Gabinete —, funções que ela garante nunca ter desempenhado. O então companheiro dela, Mário Guttemberg Alves da Silva, também figurava como servidor municipal. Em depoimento, Maria Emília afirmou desconhecer o vínculo e relatou que, durante os nove anos de relacionamento, ele não tinha renda fixa, sobrevivendo de cuidados com chácaras e bicos com venda de pássaros e outros.

Graziele Lira Gusmão dos Anjos, ex-esposa de Cristiano Matheus, constava como nomeada na chefia de Gabinete do então prefeito, mas assegurou à polícia não ter ocupado o cargo. A acusação também aponta como funcionárias fantasmas Maria Cleide Torres Freitas — mãe de Mellina Freitas, também ex-esposa do ex-gestor — e a nora dela, Leilane Leite Queiroz.

As investigações apontam ainda o envolvimento de pessoas fora do círculo familiar. Wellington Damasceno Júnior figurou como funcionário do gabinete do prefeito em 2009, mas disse em depoimento que nunca trabalhou na prefeitura nem recebeu salários do órgão.

Já José Avelino Neto, conhecido como "Paulinho Boateiro", foi identificado como funcionário fantasma na Secretaria de Estado da Cultura, pasta gerida à época por Mellina Freitas. Segundo a denúncia, ele afirmou aos investigadores que a vaga foi arrumada por Cristiano Matheus, mas que nunca assinou ponto nem foi acionado para trabalhar.

Para o Ministério Público, o conjunto de documentos e depoimentos comprova a fraude na folha de pagamento. "Como se pode observar, os fatos demonstram de forma inequívoca e cristalina o esquema criminoso engendrado por Cristiano Matheus, no qual recursos públicos foram desviados e apropriados ilicitamente pelo denunciado", registra o promotor Hamilton Carneiro Júnior na denúncia.



GABRIEL MOUSINHO

gabrielmousinho@bol.com.br

A estratégia de JHC

Ao querer distância da equipe de transição do governo de Paulo Dantas, o governador eleito JHC projeta fazer um carnaval logo após a posse e instalará um gabinete extraoficial para, aos poucos, ir apontando falhas do atual governo, inclusive com revelações sobre o endividamento do Estado ao contrair constantes empréstimos com instituições bancárias no Brasil e no exterior com aval das casas legislativas. Com esse propósito que nunca será revelado, mas com consequências práticas de detonar a administração pelo seu comportamento já conhecido dos seus eleitores, JHC tem nos seus apontamentos um projeto para cumprir.

Primeira missão

Com força política demonstrada e com um amplo respaldo nas bancadas da Câmara e do Senado, o governador eleito já começa 2027 pensando nos embates políticos de 2028 e 2030, pensando seriamente numa articulação capaz de não permitir a volta da família Calheiros ao poder.

Prova de fogo

De início – se até lá não conseguir apoio da atual bancada governista – JHC vai ter um adversário de respeito na Assembleia Legislativa, o deputado Marcelo Victor, que certamente elegerá com relativa facilidade a nova Mesa Diretora da Casa de Tavares Bastos.

Compromisso fechado

Com maioria na Câmara e no Senado, JHC e Arthur Lira usarão todo o prestígio dos cargos para evitar que Renan pai e Renan Filho tenham o espaço esperado no Governo Lula e atrapalhem de certa forma os seus projetos pessoais.

Fortalecida

Com o aparecimento em encontros com o empresariado alagoano com Arthur Lira, o governador eleito selou a parceria política que durante alguns momentos a campanha estava mais para um racha do que mesmo para uma aliança. Como diz o velho ditado, estão juntos e misturados.

FELIPE SAMPAIO/STF



De que lado?

O que boa parte do eleitorado quer saber – principalmente os bolsonaristas que participaram diretamente da eleição – é se os senadores Arthur Lira e Marina Candia votarão favoravelmente em algum momento para abertura de um processo de impeachment de Alexandre de Moraes?

Desconversando

O senador eleito Arthur Lira tem desconversado quando o assunto é eleição de presidente do Senado. Vota em Davi Alcolumbre para a reeleição ou em Rogério Marinho? Estaria em jogo a presidência da Comissão de Constituição e Justiça? Eis a questão.

Não convence

A ladainha de que em primeiro lugar condições satisfatórias para Alagoas, não é bem a realidade dos fatos. O eleitorado quer saber qual a posição dos senadores com relação às grandes questões nacionais, inclusive de uma ampla reforma do judiciário.

Pretensão

Pelos corredores da Prefeitura de Maceió vai a máxima de que, daqui pra frente, o prefeito Rodrigo Cunha dará ao seu governo uma cara diferente do seu antecessor. Enquanto é tempo.

Avaliei Paulo Dantas na Educação. Veja a nota!

O Governo Paulo Dantas está por se encerrar, e este colunista tem feito seu balanço. Desta vez, fomos revisitar os números da Educação.
O orçamento de pessoal da Educação cresceu 33%, passando de R$ 887 milhões para R$ 1,18 bilhão. Um crescimento significativamente acima da inflação, que acumulou 19% de janeiro de 2023 a outubro de 2026.
Foi também durante o Governo Paulo Dantas que se encerrou a novela dos precatórios do Fundef, com o pagamento de mais de R$ 760 milhões a cerca de 31 mil beneficiários.
Paulo poderá creditar à sua gestão a instituição das bonificações por desempenho educacional. Foram R$ 51 milhões em 2025 e outros R$ 90 milhões em 2026.
Na infraestrutura, construiu 37 Escolas do Coração e entregou mais de 90 creches. No Ideb, Alagoas subiu oito posições no ranking nacional do ensino médio em 2023 e voltou a avançar em 2025.
Há muito ainda por fazer na Educação de Alagoas. Mas Paulo, nesse quesito, pode chegar em casa e dizer que passou com nota azul.

Desafio

Entregar para a população um Plano Diretor aprovado pela Câmara que atenda a todas as questões levantadas pelos órgãos técnicos e sobretudo pelo empresariado, é uma prova de fogo para o prefeito Rodrigo Cunha. Todos têm interesse, e é de cabo a rabo, como diz o velho ditado.

Esforço

O vereador Samyr Malta, que por baixo dos panos é um potencial candidato à presidência da Câmara, tem rebolado com o Plano Diretor e agora às voltas com o Ministério Público que exige atenção especial ao meio ambiente.

CNI discute mudanças no piso do frete e impactos sobre a indústria


José Carlos Lyra conduziu reunião na CNI, em Brasília

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA) e vice-presidente da Associação Nordeste Forte, José Carlos Lyra de Andrade, defendeu uma regulamentação do transporte rodoviário de cargas que considere as diferenças econômicas e logísticas entre as regiões brasileiras. A pauta foi discutida na terça-feira (17), em Brasília, durante seminário promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) sobre os efeitos do piso mínimo do frete para o setor produtivo.

Na avaliação de Lyra, o tema merece atenção especial no Nordeste, onde as condições de transporte e as características dos mercados regionais exigem critérios adequados à realidade das empresas.

"Para a indústria nordestina, esta discussão tem especial importância. O transporte conecta nossas fábricas aos fornecedores e aos mercados consumidores. Seu custo influencia a capacidade de competir, de investir e de manter e gerar empregos", pontuou.

Ele também defendeu que a regulamentação considere as longas distâncias, o frete de retorno e as particularidades de cadeias produtivas regionais.

Custos elevados

Levantamento da CNI aponta que o aumento médio do custo do frete rodoviário associado aos pisos mínimos foi de 16,4% no Brasil, alcançando 20,3% no Nordeste. Os números evidenciam o peso da questão para empresas que dependem do transporte terrestre para receber insumos e distribuir seus produtos.

O seminário reuniu representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), federações estaduais das indústrias, associações setoriais e empresas.

O diretor de Relações Institucionais da CNI, Roberto Muniz, ressaltou a necessidade de fundamentar a revisão das regras em critérios técnicos e dados consistentes. Ele também propôs uma parceria com a ANTT para a realização de levantamentos sobre o transporte de cargas, iniciativa aceita pelo diretor-geral da agência, Guilherme Theo Sampaio.

Dados apresentados durante o evento mostram que 98% das indústrias brasileiras utilizam o transporte rodoviário, enquanto 75% movimentam cargas por distâncias superiores a 400 quilômetros. A dependência desse modal amplia a relevância dos custos logísticos para o desempenho da atividade industrial.

A sondagem da CNI também identificou que 80% das empresas consultadas consideram inadequada a metodologia de cálculo dos pisos mínimos. Os impactos são mais expressivos entre pequenas empresas e setores que comercializam produtos de menor valor agregado.

Instituído pela Lei nº 13.703/2018, o piso mínimo do frete é alvo de questionamento da CNI no Supremo Tribunal Federal (STF), por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.964.


Iniciativa apresenta soluções para aumentar competitividade

Diálogo com a Indústria

O SENAI Alagoas está com inscrições abertas para a 5ª edição do Diálogo com a Indústria, que terá como tema "Eficiência Operacional: estratégias, tecnologias e inovação para fortalecer a competitividade industrial". O encontro será realizado na quarta-feira (25), das 9h às 11h30, no Espaço Conecta SENAI Poço, em Maceió.

Nesta edição, a programação abordará estratégias para identificar gargalos e desperdícios, otimizar processos produtivos, utilizar melhor os recursos disponíveis e reduzir custos. O objetivo é apresentar caminhos para elevar a produtividade e melhorar os resultados das operações industriais. Informações: al.senai.br.

Centelha 3 seleciona 200 ideias

O Programa Centelha Alagoas divulgou a lista de 200 ideias inovadoras aprovadas na primeira fase da sua terceira edição em Alagoas. As propostas selecionadas avançam para a segunda etapa, que contará com mentorias voltadas ao desenvolvimento dos projetos e ao aprimoramento dos modelos de negócio antes da seleção final. A lista de aprovados está no site do programa: https://programacentelha.com.br/al.

FIEA IEL SESI SENAI

DESFILE DA MAAD CESMAC TRANSFORMA CENTRO CULTURAL EM PASSARELA E REVELA TALENTO DOS ESTUDANTES

CONFIRA MAIS EM: cesmac.edu.br/noticias
Produção: ascom/marketing
CESMAC



O Centro Cultural Reitor João Sampaio se transformou em uma grande passarela de moda, durante o encerramento da MAAD Cesmac – Semana de Moda, Arte, Artesanato, Arquitetura e Design. Com cenografia surpreendente e coleções autorais inspiradas nas paisagens de Alagoas, o desfile encantou o público e evidenciou o talento dos estudantes de Design e Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Cesmac, responsáveis por todas as etapas da produção.

Sob o tema "Entre o Sertão e o Mar de Alagoas", o espetáculo reuniu moda, arte, arquitetura e sustentabilidade. A transformação do Centro Cultural foi um dos grandes destaques da noite, demonstrando a versatilidade do espaço para receber produções de diferentes formatos e linguagens artísticas.

A cenografia, desenvolvida por estudantes de todos os períodos de Arquitetura e Urbanismo, impressionou pela criatividade e riqueza de detalhes. Com materiais reaproveitados, os alunos recriaram elementos das paisagens alagoanas, transformando caixas de papelão em cânions, cactos e outras referências do Sertão.

Na passarela, os estudantes de Design apresentaram coleções desenvolvidas desde a concepção das marcas e pesquisa de referências até a confecção das peças. As criações valorizaram a cultura e a identidade alagoana, revelando o potencial dos futuros profissionais e a importância da formação prática.

A produção resultou de um trabalho interdisciplinar entre os cursos de Design, coordenado pela professora Yvana Sampaio, e Arquitetura e Urbanismo, sob a coordenação da professora Hanah Maria Torres. A professora Morgana Medeiros, que participou da organização, destacou a conexão entre as expressões artísticas. "A moda também é uma forma de arte. Ela transmite uma experiência, um conteúdo, um conceito", ressaltou.

O desfile contou ainda com a participação de Alina Amaral, profissional com experiência em desfiles de moda em Milão, na Itália, e preceptora da disciplina de Moda do Cesmac, além de Letícia Tavares.

A MAAD reuniu palestras, oficinas, exposições e debates com profissionais convidados, entre eles Cris Rosenbaum e a professora Sandra Cavalcante, da PUC Minas. A iniciativa integra um projeto aprovado para receber apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal).

O encerramento consolidou o protagonismo dos estudantes e demonstrou como a integração entre diferentes áreas do conhecimento pode resultar em produções de alto nível, valorizando a criatividade, a sustentabilidade e a cultura alagoana.





REFORMA TRIBUTÁRIA

Fim da guerra fiscal ameaça indústrias no Nordeste e acende alerta sobre fuga de investimentos

Substituição do ICMS e lentidão do fundo regional deixam a região vulnerável diante do Sudeste

TAMARA ALBUQUERQUE
tamarajornalista@gmail.com

Eleição encerrada, o tema que domina a política e a economia no Brasil, neste momento, é a Reforma Tributária instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e cuja fase de transição deve ser iniciada ainda este ano, se prolongando até 2033.

Demanda antiga da sociedade, o único ponto de consenso sobre a reforma tributária é que ela é crucial para a retomada do crescimento sustentável do país. Os demais argumentos estão envolvidos em polêmicas.

O objetivo da Reforma Tributária, teoricamente falando, é mudar regras para reduzir as desigualdades sociais e regionais, aumentar a oferta de emprego e renda e melhorar a produtividade da economia. Não cabe, portanto, numa visão simplista, pois a realidade acrescenta detalhes que podem fazer a reforma desandar dos seus ideais e caminhar para ser mais uma 'enganação' onde só quem vai se beneficiar é o fisco, na avaliação de quem estuda o tema.

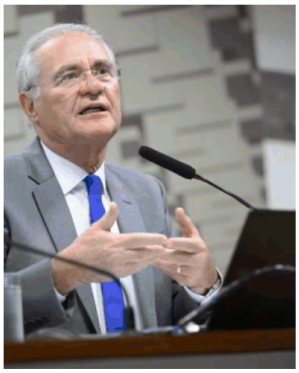
Por isso mesmo, o economista Bernard Appy, considerado o "pai" ou principal "idealizador" da Reforma Tributária brasileira, passou a defender seu adiamento por mais um ano, para 2028, e dessa forma permitir que empresas e órgãos tenham tempo de fazer ajustes.

A reforma tributária vai eliminar quatro tributos que o Brasil tem hoje: PIS, Cofins, ICMS e ISS. Os dois primeiros são substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e os dois últimos pelo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS). Em tese, a redução dessas "siglas" simplificaria o sistema tributário, fazendo com que as empresas perdessem menos tempo apurando tributos e trazendo transparência.

Pelo cronograma, os novos tributos – CBS e IBS - passam a vigorar de forma gradual, enquanto os atuais saem em etapas: PIS e Cofins em 2027, ICMS e ISS em 2033. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, presidida pelo alagoano Renan Calheiros (MDB), iniciou as discussões sobre a alíquota de referência CBS na terça-feira, 17.

O percentual da CBS de 11,3%, calculado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), superior à estimativa anterior do Ministério da Fazenda, de 9,21%, é um grande ponto de discórdia entre os atores da reforma. O relator do texto, senador Eduardo Braga (MDB), questiona o percentual.

AGÊNCIA SENADO



MINISTÉRIO DA FAZENDA



Renan Calheiros defende cronograma atual; Bernard Appy propõe adiamento

A CBS é uma contribuição federal que substituirá o PIS e a Cofins a partir de 2027. Incidirá sobre operações com bens e serviços, inclusive importações, seguindo o modelo de tributação sobre valor agregado. Nesse sistema, as empresas poderão descontar créditos referentes ao tributo pago nas etapas anteriores da cadeia produtiva, evitando a cobrança em cascata. A legislação também prevê reduções, alíquota zero e regimes diferenciados.

A CAE terá de fechar uma posição sobre a CBS até 15 de dezembro, decidindo por meio de Resolução se aprova o modelo que está posto ou se atende Bernard Appy, que defendeu estender os testes da reforma até o fim de 2027 e iniciar a cobrança efetiva da CBS apenas em 2028.

AGÊNCIA SENADO



Suspensão por 12 meses também é defendida pelo economista Elias Fragoso

Impacto sobre estados do Nordeste

Segundo a avaliação do economista Elias Fragoso, a urgência em adiar existe porque a reforma, na forma como foi aprovada, retira os instrumentos estaduais de atração de empresas, concentra a governança tributária nas regiões mais populosas e ameaça transformar o Nordeste em mero mercado consumidor.

"Se há prazo para ajustar computadores e sistemas de arrecadação, precisa haver prazo para salvar a economia das regiões menos desenvolvidas desse sufocamento produtivo e institucional. O debate não é apenas fiscal; trata-se de decidir qual modelo de desenvolvimento o Brasil adotará pelas próximas três ou quatro décadas. Suspender por doze meses o avanço da reforma tributária do consumo é a oportunidade indispensável para renegociar a posição do Nordeste e do Norte, as duas regiões que serão afetadas negativamente", comenta.

O senador Renan Calheiros defendeu em reunião realizada esta semana na CAE a manutenção do cronograma da reforma tributária, com início da implementação previsto para 1º de janeiro de 2027.

Calheiros afirmou que a reforma trará benefícios aos trabalhadores e que eventuais ajustes não devem comprometer o calendário estabelecido. No mesmo encontro, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, previu que a nova Contribuição sobre Bens e Serviços terá uma alíquota efetiva de 8,5%, beneficiando o consumidor médio.

Durigan explicou a diferença entre os 11,3% e sua estimativa de 8,5%. Como alguns setores terão reduções na alíquota — por exemplo, restaurantes e hotéis, 40%; cultura e arte, 60%; locação de imóveis, 70% —, a alíquota-base para os demais setores aumenta, a fim de atingir a chamada "neutralidade", um dos princípios da reforma: que a arrecadação com o novo tributo mantenha o patamar atual.

A avaliação de que a reforma traz riscos para o Nordeste deveria ser uma das preocupações prioritárias da CAE, segundo avaliação de Elias Fragoso, pois embora ela busque simplificar impostos e cobrar o tributo no destino (onde o produto é consumido, o que favorece estados populosos), os mecanismos de gestão e compensação geram receio de perda de competitividade e autonomia na região.

Mas por que a reforma é vista como um desafio para o Nordeste?

A resposta vem de várias fontes: durante décadas, os estados nordestinos usaram isenções e benefícios do ICMS para atrair indústrias e empresas que, de outra forma, prefeririam o Sul e o Sudeste. Com a extinção do ICMS, a mudança na cobrança de impostos para o local de destino do consumo e a proibição de novos benefícios nos novos tributos (CBS e IBS), a região perde seu principal instrumento para atração de investimentos.

Sem os incentivos fiscais e enfrentando pontuais desvantagens em infraestrutura, logística e proximidade com grandes centros consumidores, há o temor concreto de que indústrias instaladas no Nordeste migrem para estados do Sudeste. Portanto, adiar a reforma tributária seria uma necessidade econômica.

DIVULGAÇÃO

COPRA



Fábrica da Krona em Marechal Deodoro e unidade da Copra em Murici, no destaque, receberam incentivos fiscais

Guerra fiscal

Além disso, economistas lembram que no período de transição até 2033, há uma janela de vulnerabilidade entre o fim dos incentivos do ICMS e a plena operação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), que pretende compensar as perdas regionais, mas cuja efetividade e fontes geram dúvidas. O FNDR foi criado para compensar o fim da "guerra fiscal", já que os estados não poderão mais dar isenções de ICMS para atrair fábricas e empresas.

O problema é que os repasses iniciais do fundo, previstos para começar em 2029, são menores do que o montante que os estados já concedem hoje em renúncia fiscal. De acordo com análise do FGV IBRE, a soma destinada a todo o Nordeste no primeiro ano será inferior ao que apenas o Ceará concedeu em benefícios fiscais em 2024.

Enquanto o incentivo fiscal funcionava de forma automática para atrair indústrias, o FNDR depende de transferências anuais do governo federal. Em cenários de crise ou restrição fiscal, há o temor de atrasos ou contingenciamentos. Sem os incentivos tributários para compensar a distância dos grandes centros consumidores e a infraestrutura mais precária, empresas podem preferir se instalar no Sudeste ou Centro-Oeste.

O economista Elias Fragoso lembra que Alagoas tem déficit representativo com Pernambuco e Bahia, pois representam 55,0% do déficit total do estado com o Brasil, enquanto que o déficit com os três estados mais importantes do Sudeste atinge 35,1%.

A nota fiscal registra o estado do último vendedor, e não o da fábrica. Boa parte do que Alagoas compra de Pernambuco passa pelos atacadistas e centros de distribuição de Recife e Suape, mas é produzida em São Paulo, Minas ou no Sul. Dessa forma, o dreno chega ao Sudeste passando por intermediários nordestinos.

Na regra atual, os estados oferecem descontos em impostos para atrair fábricas, e as empresas aceitam localizações mais difíceis logisticamente porque a economia de imposto compensava o custo do frete. É assim que o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste criam polos industriais, gerando empregos formais e renda. Nunca foi filantropia, por parte dos empresários, mas estratégia de custo.

A reforma tributária, como está colocada, vai reduzir o ICMS a partir de 2029 até seu desaparecimento em 2033, levando junto com ele os benefícios fiscais dependentes dele.

A partir de então, o imposto será cobrado no local de consumo (onde está o cliente) e não no local de produção (onde está a fábrica). Isso faz com que o endereço da fábrica deixe de ser uma vantagem fiscal e volte a ser uma decisão baseada em logística, mão de obra e proximidade do mercado.

Trocando em miúdos, o fim dos incentivos do imposto estadual (ICMS) que determinavam onde a indústria se instalava no Brasil tira dos estados nordestinos o único meio de trazer parte dessa produção para dentro.

A reforma tributária, como está colocada, vai reduzir o ICMS a partir de 2029 até seu desaparecimento em 2033, levando junto com ele os benefícios fiscais dependentes dele.

Um estudo publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) reforça que a transição da reforma tributária criou uma janela de risco para a economia do Nordeste até 2033, quando o Fundo de Desenvolvimento Regional vai começar a operar com capacidade total.

Os pesquisadores Rafael Barros e Flávio Ataliba alertam para a perda de atratividade da região nesse intervalo, com o fim dos incentivos do ICMS e antes que os recursos federais de compensação das perdas de arrecadação cheguem aos estados.

O estudo prevê que os governos locais fiquem desarmados para competir por novos investimentos industriais contra os grandes mercados do Sul e Sudeste. Para evitar estagnação econômica nessa janela, a região deve acelerar obras de infraestrutura e eficiência de gestão.

SERVIÇO PÚBLICO

Exonerações em prefeituras após derrota de Renan Filho levantam suspeitas de retaliação política

AMA nega motivação eleitoral e atribui cortes ao cumprimento da LRF

DA REDAÇÃO

Prefeituras de Alagoas que apoiaram o senador Renan Filho (MDB) na disputa pelo governo do Estado registraram exonerações de servidores comissionados nas semanas seguintes à derrota do candidato nas eleições de outubro. Um levantamento de publicações oficiais identificou desligamentos em cinco municípios entre 5 de outubro e 17 de novembro, incluindo ocupantes de cargos de direção, assessoramento e secretarias municipais. As exonerações foram identificadas em Maragogi, Pilar, Jequiá da Praia, Delmiro Gouveia e Viçosa.

Embora as publicações confirmem as saídas, os documentos não esclarecem se as medidas fazem parte de uma redução de despesas com pessoal ou de mudanças administrativas nas equipes das prefeituras. Em Maragogi, três exonerações foram publicadas em 29 de outubro, envolvendo uma coordenadora pedagógica, uma inspetora do Grupamento Maria da Penha e uma assessora técnica do instituto municipal de previdência. Em novembro, outro ato registrou a exoneração de um assessor técnico especializado da Secretaria de Infraestrutura.

No Pilar, publicações de 27 de outubro e 4 de novembro registraram exonerações de um secretário municipal de Urbanismo, de um assessor especial de gabinete e de uma assistente de diretoria. Para esta última função, houve nomeação de outra pessoa, indicando substituição no cargo. Em Jequiá da Praia, dois assessores de gabinete foram exonerados em 4 de novembro. Já em Delmiro Gouveia, a exoneração de um assessor administrativo da Secretaria Municipal de Educação, publicada em 21 de outubro, ocorreu a pedido, com efeitos retroativos a 5 de outubro.

Em Viçosa, o Diário Oficial dos Municípios registrou, em 27 de outubro, a exoneração de um ocupante do cargo comissionado de controlador interno da Secretaria Municipal de Saúde. As movimentações ocorreram após uma eleição marcada pela disputa entre Renan Filho e o ex-prefeito de Maceió João Henrique Caldas, o JHC (PSDB), que venceu a corrida pelo Governo de Alagoas. Os cinco municípios citados integraram a base de apoio do candidato do MDB durante a campanha eleitoral. O assunto também ganhou espaço nos bastidores da política alagoana.

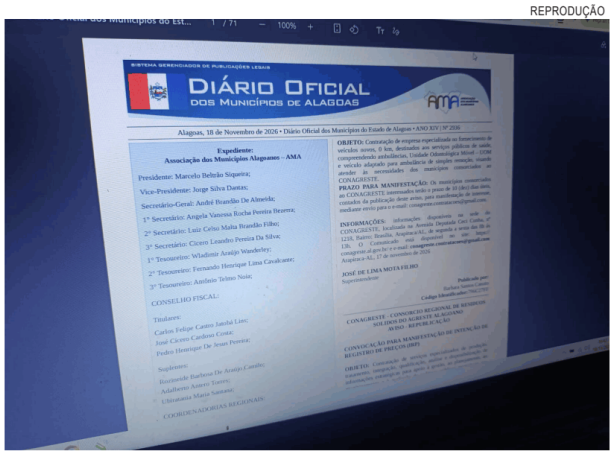
Na semana passada, a coluna Sururu, do EXTRA, relatou demissões de servidores comissionados em prefeituras após as eleições e mencionou suspeitas de que parte dos desligamentos pudesse estar relacionada ao resultado das urnas. A publicação também apontou dificuldades financeiras como justificativa apresentada por gestores municipais.

Procurada pelo EXTRA, a Associação dos Municípios Alagoanos (AMA) afirmou que não recebeu relatos de demissões em massa nas prefeituras. Segundo a entidade, eventuais desligamentos podem estar relacionados à necessidade de ajustar as despesas municipais aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A AMA mencionou alertas do Tribunal de Contas aos municípios para que acompanhem o comprometimento das receitas com a folha de pagamento. A associação explicou que reajustes salariais automáticos e aumentos dos pisos de determinadas categorias pressionam os gastos com pessoal, exigindo atenção das administrações para evitar o descumprimento dos limites legais.

Questionada sobre uma possível relação entre os desligamentos e a derrota de Renan Filho, a AMA descartou motivação eleitoral. "Questões políticas, com certeza não", afirmou a assessoria.

REPRODUÇÃO



Exonerações foram publicadas no Diário Oficial dos Municípios

AMA descarta motivação política

A preocupação com as contas municipais também foi discutida na terça-feira, 17, durante reunião promovida pela associação para apresentar as perspectivas financeiras de 2027. A orientação repassada aos gestores foi de cautela na administração das despesas públicas. De acordo com a AMA, os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) contribuíram para a manutenção das atividades das prefeituras ao longo de 2026.

Algumas cidades, especialmente no Sertão, enfrentaram maiores dificuldades, mas a avaliação da entidade é de que o cenário poderá se tornar mais complicado no próximo ano. O Ministério Público do Trabalho (MPT) também foi procurado pelo EXTRA para informar se havia recebido denúncias relacionadas a desligamentos coletivos nas administrações municipais.

"Sobre demissão em massa em prefeituras, não recebemos denúncia não, até o momento", respondeu a assessoria do órgão. As preocupações financeiras apresentadas pela AMA encontram paralelo em alerta divulgado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Segundo a entidade, as prefeituras brasileiras poderão perder pelo menos R$ 32 bilhões até 2030 caso o Projeto de Lei Complementar nº 299/2026 seja aprovado na forma apresentada. A proposta prevê mudanças no arcabouço fiscal que, segundo a CNM, poderão aumentar despesas municipais e reduzir receitas. Entre os impactos estimados estão R$ 20 bilhões relacionados à compensação previdenciária e R$ 12 bilhões referentes à redução de repasses da Lei Kandir até 2030. A confederação também alerta para perspectivas de queda nas transferências do FPM em 2027, recurso que representa a principal fonte de receita para grande parte das administrações municipais.

SERVIÇO PÚBLICO

Juiz aponta conluio entre prefeitura e instituto em Joaquim Gomes

Sentença aponta manobra para manter trabalhadores sem carteira assinada

BRUNO FERNANDES
bruno-fs@outlook.com

BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL



Justiça do Trabalho identificou trabalhadores sem carteira assinada

Duas sentenças da Justiça do Trabalho apontaram conluio entre o Município de Joaquim Gomes e o Instituto Social de Desenvolvimento Aliança (ISDA) para manter trabalhadores sem carteira assinada. Divulgadas nesta quarta-feira, 18, as decisões somam R$ 166.080,68 em verbas e honorários.

As decisões são do juiz Luiz Carlos Monteiro Coutinho, da Vara do Trabalho de São Luís do Quitunde no julgamento de ações movidas por uma técnica de enfermagem e um vigia que trabalharam na prefeitura até dezembro de 2024, durante a gestão de Adriano Barros (PTB). O ISDA é o principal responsável pelos pagamentos, e a prefeitura responderá subsidiariamente se o instituto não cumprir as obrigações.

Ao examinar documentos apresentados pela prefeitura, o magistrado afirmou que a prova "demonstra fartamente a existência de um conluio entre os demandados, cujo objetivo é fraudar a legislação que rege a Administração Pública e também a relação de emprego". A afirmação consta nas duas sentenças.

O juiz citou o terceiro termo aditivo de um contrato de serviços de apoio ao programa Administração Estratégica. "Em tal contrato, não há transparência qualquer referente ao serviço prestado", diz o magistrado. As decisões associam essa situação à contratação de trabalhadores sem anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Na ação movida pela técnica de enfermagem Rosenilda Tavares da Silva Mendes, o juiz registrou que trabalhadores eram "remunerados indiretamente pelo Município". A sentença menciona um decreto municipal de janeiro de 2025, já durante a gestão de Rita do Araçá, que suspendeu o contrato considerado fraudulento.

Rosenilda relatou ter trabalhado de março de 2021 a dezembro de 2024 sem receber férias, 13º salário, FGTS, diferenças relativas ao piso da categoria e verbas rescisórias. Após perícia, a Justiça reconheceu insalubridade em grau médio no Hospital Ana Anita Gomes Fragoso a partir de agosto de 2022, mas não no período em que ela atuou no programa Melhor em Casa.

A sentença reconheceu diferenças salariais mensais de R$ 325 a partir de agosto de 2022, adicional de insalubridade de 20% do salário mínimo, férias, 13º salário, FGTS e multas. O juiz também determinou o registro do vínculo na CTPS em até 48 horas após o trânsito em julgado. O total foi de R$ 131.271,66, incluindo honorários periciais de R$ 2.500 e advocatícios de 10% do crédito.

A segunda ação foi apresentada por Cícero João dos Santos, vigia entre abril de 2021 e dezembro de 2024. Ele afirmou que recebia o salário mínimo, mas não teve registro em carteira nem recebeu verbas rescisórias. A sentença determina o registro e o pagamento de aviso-prévio, férias, 13º salário, FGTS, multas e honorários.

Nesse processo, a condenação foi de R$ 34.809,02. O cálculo considera a evolução do salário mínimo no período contratual e inclui honorários advocatícios de 10% do crédito. O magistrado também determinou a expedição de alvará para recebimento do seguro-desemprego. A prefeitura responderá subsidiariamente se o instituto não pagar.

O instituto não apresentou defesa em nenhum dos processos e foi declarado revel. A prefeitura contestou sua responsabilidade pelas obrigações trabalhistas. O juiz observou que o Município não negou ter recebido os serviços e o considerou tomador da mão de obra.

Nas duas sentenças, o juiz determinou que, após a preclusão máxima, sejam comunicados o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas de Alagoas.

A sentença reconheceu diferenças salariais mensais de R$ 325 a partir de agosto de 2022, adicional de insalubridade de 20% do salário mínimo, férias, 13º salário, FGTS e multas. O juiz também determinou o registro do vínculo na CTPS em até 48 horas após o trânsito em julgado.

CONCURSO DOS CARTÓRIOS

CNJ dispensa nova escolha de serventias por aprovados em concurso

Decisão atende pedido do TJAL e derruba determinação anterior da Corregedoria Nacional de Justiça

JOSÉ FERNANDO MARTINS
josefernandomartins@gmail.com

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu, por unanimidade, manter a decisão que dispensou o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL) de realizar uma nova audiência de escolha de cartórios pelos candidatos aprovados no primeiro concurso público para delegações de notas e registros do estado. O julgamento ocorreu em 18 de setembro, mas o acórdão foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico de sexta-feira da semana passada, 13 de novembro.

A decisão atende a um pedido do TJ e reverte uma determinação anterior da Corregedoria Nacional de Justiça, que havia estabelecido prazo de 60 dias para a realização de uma nova sessão de escolha das serventias extrajudiciais.

O entendimento do CNJ é que a realização de uma segunda audiência não constitui obrigação automática dos tribunais e depende das regras previstas no edital do concurso. No caso de Alagoas, o documento não contemplava essa possibilidade. A controvérsia teve início após uma inspeção realizada pela Corregedoria Nacional de Justiça. Entre as providências determinadas estava a realização de uma nova audiência para oferecer aos candidatos aprovados cartórios que permaneceram disponíveis, foram renunciados ou não tiveram a ocupação efetivada.

Posteriormente, o presidente do TJAL, desembargador Fábio José Bittencourt Araújo, encaminhou pedido de reconsideração ao CNJ, alegando razões jurídicas e administrativas para afastar a obrigação. O tribunal argumentou que o edital do concurso, publicado em 2023, previa uma única escolha por candidato, obedecida a ordem de classificação. As opções seriam irrevogáveis e irretratáveis, com encerramento do certame após a sessão realizada em 16 de dezembro de 2024.

TJAL



Fábio Bittencourt havia pedido reconsideração da decisão anterior

Segundo o TJ, o presidente da comissão examinadora informou aos participantes, naquela ocasião, que não haveria uma segunda oportunidade de escolha. O tribunal também apresentou dados sobre a situação dos serviços extrajudiciais em Alagoas. De acordo com as informações encaminhadas ao CNJ, 89 serventias permaneciam sem provimento, parte delas com baixa atratividade econômica. A administração do Judiciário alagoano sustentou que estava estudando a reorganização dos cartórios, incluindo possíveis medidas de agregação, anexação ou extinção de unidades, além de mencionar a edição de uma nova lei estadual de emolumentos.

Para o TJAL, realizar uma nova audiência poderia comprometer ou retardar essas medidas estruturais.

Conselho considera reescolha facultativa

Ao analisar os recursos, o CNJ concluiu que a Resolução nº 81/2009 permite novas audiências de escolha, mas não obriga os tribunais a realizá-las. Para o Conselho, incluir uma etapa não prevista no edital, depois de encerrada a fase original de escolha, poderia comprometer a segurança jurídica e a confiança dos participantes nas regras do concurso. O órgão também afastou a alegação de que a determinação anterior da Corregedoria teria criado direito adquirido à reescolha. Segundo o entendimento adotado, decisões administrativas decorrentes de inspeções podem ser revistas mediante fundamentação.

Em relação às cotas, o CNJ considerou que a medida não estabelece distinção entre candidatos da ampla concorrência e beneficiários de ações afirmativas, uma vez que preserva as mesmas regras para todos. O recurso da Educafro não foi conhecido porque, segundo o Conselho, não enfrentou especificamente os fundamentos jurídicos da decisão questionada. Já os recursos dos candidatos foram admitidos, mas rejeitados no mérito. O julgamento seguiu o voto do então corregedor nacional de Justiça, Mauro Campbell Marques, com manifestação do conselheiro Paulo Régis Machado Botelho. A sessão foi presidida pelo ministro Edson Fachin.

Candidatos contestaram decisão

A dispensa da nova audiência provocou recursos administrativos apresentados pela organização Educafro Brasil, pelo candidato aprovado Jean Alisson Chaves Landim e por um grupo de interessados representado por Lana Jussara Costa Figueiredo. Os recorrentes defenderam que a determinação expedida anteriormente pela Corregedoria Nacional deveria ser cumprida, especialmente diante da existência de cartórios vagos e de candidatos aprovados que poderiam assumir essas unidades.

Jean Alisson argumentou que 168 candidatos aprovados permaneciam sem oportunidade de escolha ou reescolha, entre eles 49 beneficiários de cotas: 27 candidatos negros e 22 pessoas com deficiência. Os números foram apresentados pelo recorrente e constam do relatório do julgamento. A Educafro também questionou os efeitos da dispensa sobre as políticas de ações afirmativas. Segundo a entidade, a manutenção de cartórios sob administração interina poderia prejudicar o acesso de candidatos cotistas às delegações extrajudiciais.

Outro argumento apresentado foi o de que algumas unidades consideradas vagas possuíam arrecadação significativa, o que colocaria em dúvida a justificativa de baixa viabilidade econômica. Um dos grupos de recorrentes afirmou existir mais de 90 serventias remanescentes da primeira audiência, mencionando unidades em municípios como Limoeiro de Anadia, Maribondo, Jacaré dos Homens, São José da Laje, Major Isidoro, Anadia e Piranhas, além de cartórios de Maceió.

Os candidatos também contestaram os atos preparatórios para um segundo concurso, defendendo o aproveitamento dos aprovados no primeiro certame antes da abertura de uma nova seleção.

FUTURO INCERTO

Alfredo Gaspar prepara mudança para SP e mira oposição a Lula

Deputado articula trajetória política fora de Alagoas, mas ida para a Segurança paulista perdeu força

BRUNO FERNANDES
bruno-fs@outlook.com

São Paulo começa a ganhar espaço nos planos políticos de Alfredo Gaspar (PL). Depois de disputar a Vice-Presidência da República, o deputado federal prepara uma mudança para a capital paulista, onde pretende construir uma nova etapa de sua carreira, com atuação na oposição ao Governo Lula (PT). O movimento pode marcar o afastamento de uma trajetória política construída em Alagoas.

Informações apuradas pelo EXTRA indicam que Gaspar já iniciou os procedimentos para regularizar sua residência em São Paulo. A mudança, embora ainda não confirmada oficialmente pelo parlamentar, faz parte das articulações para sua atuação a partir de 2027, quando deixará a Câmara dos Deputados.

Gaspar havia sido lançado candidato ao Senado em Alagoas, mas deixou a disputa para compor a chapa de Flávio Bolsonaro (PL). Não tentou a reeleição para deputado federal e, com a derrota presidencial, encerrará o mandato em janeiro sem uma nova função eletiva assegurada.

A chapa recebeu 59,8 milhões de votos, o equivalente a 48,21% dos válidos. Em São Paulo, conquistou 53,85% e 14,1 milhões de votos, embora tenha sido derrotada na capital, onde Lula obteve 55,5%. O resultado ampliou a exposição de Gaspar no maior colégio eleitoral do país.

Uma das possibilidades consideradas para seu futuro era a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo. Conforme apurou o EXTRA, Gaspar chegou a ser sondado por integrantes do governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos). A indicação, entretanto, perdeu força. Na quarta-feira, 18, Tarcísio confirmou a permanência de Osvaldo Nico Gonçalves na pasta em 2027.

A definição praticamente afasta, neste momento, a possibilidade de sua nomeação para a Segurança paulista, mas não encerra as articulações em torno da mudança. Gaspar pretende aproveitar a projeção obtida na campanha presidencial para ampliar sua atuação política, especialmente na oposição ao novo mandato de Lula.

Mesmo sem uma cadeira no Congresso a partir de 2027, o nome do alagoano continua ligado aos planos de reorganização da oposição. Gaspar mantém vínculos com a direção nacional do PL e já manifestou interesse em participar das articulações do grupo. Uma eventual função partidária também aparece entre as possibilidades para seu futuro.

A proximidade com a cúpula da legenda foi demonstrada durante a campanha. Em outubro, Gaspar participou, em Brasília, de uma reunião com Flávio Bolsonaro, Valdemar Costa Neto, Rogério Marinho e outras lideranças do PL. Após a eleição, o partido manteve encontros na capital federal para definir sua atuação na próxima legislatura.

O parlamentar também deixou clara sua disposição de continuar na oposição. "Serei oposição firme, responsável e atuante, fiscalizando, denunciando irregularidades e defendendo os interesses dos alagoanos e de todos os brasileiros. Meu compromisso com o Brasil não termina com uma eleição", declarou após a derrota presidencial.

Ex-procurador-geral de Justiça, Gaspar deixou a carreira no Ministério Público Estadual e comandou duas vezes a Segurança Pública de Alagoas durante o governo de Renan Filho (MDB). Na Câmara, ganhou projeção nacional como relator da CPMI do INSS, responsável por investigar descontos indevidos em aposentadorias e pensões.

Seu futuro também chegou a ser discutido nos bastidores da política alagoana. Com a eleição de JHC (PSDB) para o governo estadual, Gaspar foi citado como possível secretário da Segurança Pública ou participante da escolha do titular da pasta. Nenhuma das hipóteses resultou até o momento em convite ou indicação anunciados oficialmente.

Adversários na eleição municipal de Maceió em 2020, JHC e Gaspar estiveram no mesmo campo político na disputa estadual deste ano. No segundo turno presidencial, porém, o governador eleito evitou, assim como no primeiro turno, declarar apoio público a Flávio Bolsonaro. A posição provocou cobranças de integrantes do PL e contribuiu para o distanciamento entre os dois.

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



Alfredo Gaspar pretende se destacar como opositor do presidente Lula

Mesmo sem uma cadeira no Congresso a partir de 2027, o nome do alagoano continua ligado aos planos de reorganização da oposição. Gaspar mantém vínculos com a direção nacional do PL e já manifestou interesse em participar das articulações do grupo.

IMPASSE

Justiça dá 10 dias para Prefeitura de Maceió reabrir unidade da Pestalozzi

Paralisação do Centro-Dia de Referência completa 6 meses e deixa pacientes sem atendimento

MARIA SALÉSIA
sallesiaramos18@gmail.com

Cerca de 60 famílias de pessoas com deficiência de Maceió podem voltar a ter atendimento após a Justiça determinar que o Município regularize os repasses financeiros à Associação Pestalozzi e viabilize, no prazo máximo de 10 dias, a retomada das atividades do Centro-Dia de Referência.

Proferida pelo juiz Léo Dennisson Bezerra de Almeida, da 32ª Vara Cível da Capital/Fazenda Municipal, nos autos da Ação Civil Pública nº 0738342-97.2026.8.02.0001, a decisão atende a um pedido da Defensoria Pública de Alagoas contra a paralisação do serviço — interrompido desde maio devido a um déficit de aproximadamente R$ 585 mil. A determinação passa a valer a partir da intimação oficial da gestão, sob risco de bloqueio de verbas caso seja descumprida.

De acordo com o defensor público Ricardo Antunes Melro, autor da ação, se a Prefeitura não cumprir a ordem dentro do prazo estipulado, a Defensoria adotará medidas mais duras para garantir a reabertura imediata da unidade.

"Se a Prefeitura desobedecer e não cumprir, vamos pedir multa pessoal ao secretário responsável e informar ao Ministério Público pelo crime de desobediência. Além disso, pediremos ao juiz o bloqueio judicial do valor que ficou suspenso durante todo esse tempo, para fazer com que o serviço volte a funcionar o mais rápido possível", afirmou Melro.

EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO



Ricardo Melro afirma que assistência a deficientes é obrigação e não favor

O defensor ressaltou ainda que a judicialização do caso ocorreu somente após tentativas frustradas de diálogo com o Executivo municipal. "Antes de recorrer à Justiça, buscamos uma solução administrativa junto ao Município. Infelizmente, não houve disposição da municipalidade para resolver o problema por essa via", pontuou.

Impacto às famílias e retrocesso terapêutico

O fechamento temporário da unidade impacta diretamente a rotina e o tratamento dos assistidos na capital alagoana. O Centro-Dia oferece acompanhamento multiprofissional essencial para que crianças, jovens e adultos com deficiência desenvolvam autonomia.

Para a Defensoria Pública, a suspensão do atendimento não apenas sobrecarrega as mães atípicas e familiares que perdem uma rede de apoio diário, mas também coloca em risco os avanços clínicos e terapêuticos conquistados pelos pacientes ao longo de meses e anos, provocando retrocessos no desenvolvimento.

"A assistência às pessoas com deficiência não é favor. É direito fundamental. E conquistas em autonomia não podem ser perdidas por omissão do poder público", destacou Ricardo Melro, reforçando que o órgão seguirá fiscalizando o cumprimento da decisão até que as portas do centro sejam efetivamente reabertas à população.

Eryvanya Gatto, idealizadora e coordenadora da Anjoperiferia, disse que, desde a paralisação dos serviços prestados pela Pestalozzi devido a esse impasse, a sua comunidade está esquecida por não ter o acompanhamento necessário. "Aqui, na instituição, atendemos algumas famílias que têm cadeirantes, inclusive a cozinheira da Anjo também é cadeirante. A demora na espera é grande. Não sei de onde vem o erro, mas os nossos assistidos passam muitas dificuldades pela longa espera. É muito frustrante para a pessoa que já não anda ficar em cima de uma cama ou parar o tratamento. Não sabemos o que fazer nem a quem recorrer, ficamos de mão atada", relatou.

Ela também elogiou a iniciativa judicial: "Em relação à ação, foi muito maravilhosa porque as pessoas precisam muito disso e as crianças também, principalmente as que têm deficiência física e estão sem acompanhamento".

O outro lado

Nos autos do processo, consta a manifestação oficial da Associação Pestalozzi de Maceió, que procurou a Justiça por iniciativa própria e passou a atuar ao lado da Defensoria Pública na cobrança contra o Município. A entidade comprovou que usou recursos próprios para manter os atendimentos do Centro-Dia até esgotar seu caixa e que não teve culpa pela suspensão dos serviços — motivada exclusivamente pelo atraso nos repasses previstos no contrato com a gestão municipal (Termo de Colaboração nº 006/2024).

Com o aval da Defensoria, a Justiça aceitou o pedido para que a Pestalozzi deixasse a condição de investigada e passasse a cobrar, junto com o órgão, a regularização dos pagamentos e a retomada do atendimento à população.

Já o Município de Maceió, ao ser intimado no processo, contestou o pedido de decisão imediata alegando impedimentos técnicos e legais, como o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e a separação entre os poderes, além de considerar excessiva a multa solicitada — sem, no entanto, justificar o atraso nos repasses. O Ministério Público também se manifestou na ação e deu parecer favorável à concessão da liminar para a retomada urgente do serviço.

O EXTRA procurou a Prefeitura de Maceió e tentou contato com um representante da Pestalozzi, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição. O espaço segue aberto para manifestação.

ALERTAS POR SMS

Estudo aponta que 96% dos alertas de desastres em Alagoas tinham informações incompletas

Pesquisa internacional identifica falhas em mensagens enviadas entre 2018 e 2023

JOSÉ FERNANDO MARTINS
josefernandomartins@gmail.com

Em Alagoas, 95,8% dos alertas de desastres enviados por SMS e examinados em uma pesquisa científica não apresentavam todas as informações consideradas essenciais para orientar a população em situações de risco. Apenas 4,2% das mensagens analisadas no estado cumpriram integralmente os critérios adotados pelos pesquisadores. O levantamento abrange o período de 2018 a 2023 e foi publicado pela revista internacional Progress in Disaster Science.

O estudo, assinado pelos pesquisadores Murilo Noli da Fonseca e Luciene Pimentel da Silva, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), avaliou a estrutura dos avisos emitidos por órgãos de proteção e Defesa Civil. Para que uma mensagem fosse classificada como completa, precisava identificar a fonte do alerta, informar qual ameaça estava em curso, delimitar a área sujeita ao perigo, indicar medidas de proteção e situar no tempo a ocorrência do evento.

Em outra avaliação, que considera a presença de elementos informativos nas diferentes categorias de desastre, Alagoas alcançou pontuação geral de 66,1%. Os alertas relativos a riscos hidrológicos, como cheias e inundações, obtiveram 76,6%; os relacionados a riscos geológicos, 70,2%; os meteorológicos, 63,9%; e os biológicos, 42,9%, o menor resultado entre as categorias com dados para o estado. Essas pontuações não representam a proporção de mensagens completas em cada grupo.

Os próprios autores citam Alagoas, ao lado de Roraima e do Distrito Federal, entre as unidades federativas com desempenho mais baixo em determinadas categorias. Segundo a análise, as diferenças na elaboração dos avisos sugerem vulnerabilidades capazes de prejudicar a comunicação em emergências. Isso não significa, porém, que 95,8% dos alertas fossem falsos ou inúteis: o percentual indica a ausência de pelo menos um dos componentes definidos pela metodologia.

REPRODUÇÃO



Alertas enviados por SMS precisam ser melhorados, segundo a pesquisa

O resultado chama atenção diante do histórico recente de desastres no estado. Em 2022, chuvas intensas provocaram enchentes e deslizamentos em várias cidades alagoanas. Em balanço divulgado no início de julho daquele ano, a Defesa Civil estadual registrava seis mortes, aproximadamente 56 mil pessoas desabrigadas ou desalojadas e 56 municípios em situação de emergência. Em cenários assim, saber exatamente onde há risco e o que fazer pode influenciar a rapidez da resposta de moradores de áreas vulneráveis.

A situação se repetiu em 2023. Após fortes chuvas em julho, levantamento da Confederação Nacional de Municípios apontou ao menos 31 prefeituras alagoanas com decretos de emergência, além de 20.458 pessoas desalojadas e 3.578 desabrigadas. Alagamentos, enxurradas e deslizamentos atingiram residências, vias e estruturas públicas. Os números eram parciais e retratavam o quadro registrado naquele momento.

Afundamento do solo

Além das tragédias associadas às chuvas, Maceió enfrentou um desastre de natureza geológica ligado à exploração de sal-gema pela Braskem. O afundamento do solo levou à desocupação de áreas de cinco bairros da capital, afetando aproximadamente 60 mil moradores e comerciantes, segundo informação divulgada pelo governo federal em 2023. O episódio expôs a dimensão social de uma crise que exigiu monitoramento permanente, evacuações e comunicação pública sobre riscos.

A tensão se intensificou em 29 de novembro de 2023, quando a Prefeitura de Maceió decretou situação de emergência diante do risco iminente de colapso da mina 18, situada na região do Mutange, perto da Lagoa Mundaú. Em 10 de dezembro, a cavidade sofreu rompimento. A Defesa Civil informou à época que a área estava isolada e desocupada, sem registro de vítimas no episódio. A sequência evidenciou como informações precisas são decisivas para a orientação de famílias em áreas ameaçadas.

É importante destacar que a pesquisa não apresenta uma avaliação individualizada dos SMS relacionados à mineração da Braskem nem estabelece relação direta entre as falhas encontradas e os desastres ocorridos em Alagoas. Os episódios funcionam como contexto para compreender a relevância do problema: um alerta precisa permitir que a pessoa identifique se está na área de perigo, reconheça a urgência e saiba qual atitude adotar.

No Brasil, o levantamento examinou 73.701 mensagens emitidas entre janeiro de 2018 e dezembro de 2023. Somente 1,83% continham todos os elementos considerados necessários, índice inferior aos 4,2% observados em Alagoas. As chuvas intensas motivaram 73,6% dos avisos nacionais. Santa Catarina e Rio Grande do Sul registraram os maiores percentuais de mensagens completas, com 11,8% e 11,5%, respectivamente.

Os pesquisadores identificaram como obstáculos a falta de detalhes sobre localização, duração e consequências das ameaças, além do limite tradicional de 160 caracteres do SMS. A recomendação é combinar diferentes canais de comunicação, investir na formação dos agentes de Defesa Civil e adaptar a linguagem às necessidades das comunidades. Como o recorte termina em 2023, o estudo não permite concluir se as mesmas deficiências permanecem nos alertas enviados atualmente.

GUERRA ÀS DROGAS

Brasil gasta R$ 14,5 bilhões ao ano com a aplicação da Lei de Drogas

Quase metade dos gastos se concentra nas Polícias Militares e nos Sistemas Penitenciários; Alagoas gasta R$ 109 milhões por ano

A pesquisa revelou que R$1,4 bilhão foram gastos no âmbito dos Sistemas Socioeducativos em 2024, cerca de 10% do custo total com a aplicação da Lei de Drogas. São Paulo apresenta o maior gasto em valores absolutos, com R$ 697,3 milhões, seguido de Rio de Janeiro com R$ 153,8 milhões e do Paraná, que gastou R$ 150,8 milhões com essa instituição.

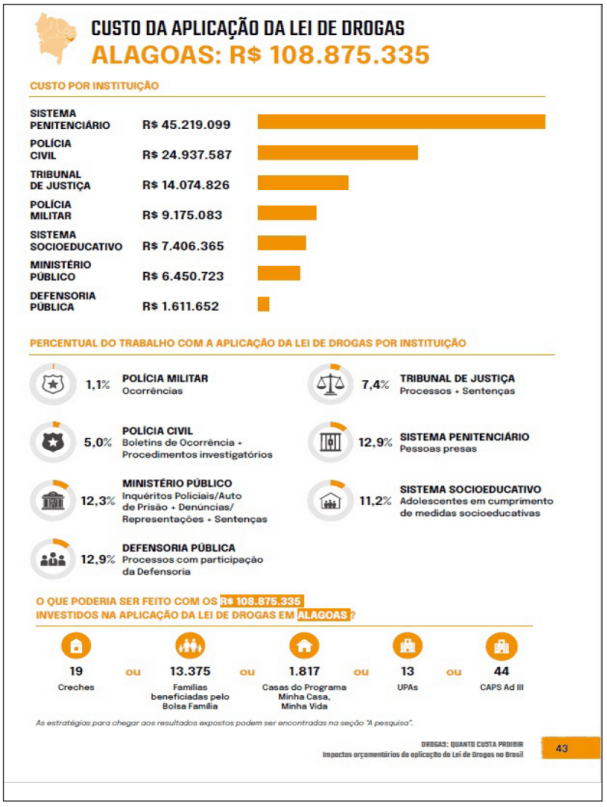
ASSESSORIA CESEC

Nos últimos cinco anos, o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) tem produzido dados sobre os custos econômicos e sociais para aplicar a Lei de Drogas (11.343/06), e agora, apresenta os resultados de um levantamento nacional inédito, segundo o qual, o custo da guerra às drogas no Brasil em 2024 foi de R$ 14.545.317.920,00. A pesquisa abrange as 27 Unidades da Federação e instituições federais do Sistema de Justiça Criminal, dimensionando os recursos públicos destinados à repressão, investigação, julgamento e punição dos crimes previstos na legislação de drogas.

Em Alagoas, de acordo com o levantamento, os custos chegam a R$ 108.875.335, sendo que a maior parte –

R$ 45.219.099 – foi gasta no sistema penitenciário.

Em todo o país, quase metade do valor contabilizado, 48,9% do total, foi destinada às Polícias Militares (R$ 3,2 bilhões) e aos Sistemas Penitenciários (R$ 3,8 bilhões). Em média, as Unidades da Federação usam 7,9% de seus orçamentos do Sistema de Justiça Criminal com a aplicação da Lei de Drogas. As diferenças entre os estados, porém, são expressivas. O Paraná lidera, com 11,8% das despesas das instituições do Sistema de Justiça Criminal alocadas à legislação, seguido por Espírito Santo (11,5%) e São Paulo (11,1%). Nota o estudo que a Paraíba e o Piauí são as unidades federativas que menos gastam com



essa legislação.

Apesar do alto custo com a aplicação da Lei de Drogas, o estudo revela que o valor é subestimado, já que nem todas as despesas relacionadas à mesma legislação são contabilizadas, como é o caso dos gastos com operações e incursões policiais.

"É a primeira vez que uma pesquisa mensura o alto custo da implementação da Lei de Drogas no Brasil. Quatorze bilhões e meio não é uma cifra pequena. Aliás, qualquer valor do orçamento público que seja utilizado para produzir insegurança, violência e morte é uma quantia mal gasta. É inadiável reorientar as prioridades orçamentárias diante dos danos causados pela guerra às drogas", destaca Julita Lemgruber, coordenadora do CESeC e do projeto Drogas: Quanto Custa Proibir.

As informações foram solicitadas por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) e complementadas com bases do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Foram analisados, nos estados e no Distrito Federal, números das Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, Sistema Penitenciário e Sistema Socioeducativo. No âmbito federal, entraram no cálculo a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União, os Tribunais Regionais Federais e o Sistema Penitenciário Federal. Para o estudo, o CESeC utilizou a despesa liquidada, etapa da execução orçamentária que corresponde aos recursos efetivamente gastos.

Entre janeiro de 2025 e julho de 2026, foram realizados 898 pedidos de informação via LAI, incluindo solicitações de dados e esclarecimentos. "A LAI tem o papel fundamental de tornar a transparência em regra e o sigilo, numa exceção, que sempre deve ser justificada", destaca a coordenadora da pesquisa Mariana Siracusa. Em muitos casos, a ausência de respostas está relacionada ao fato de as instituições não produzirem ou não sistematizarem as informações solicitadas, dificultando a mensuração dos gastos públicos.

A pesquisa revelou que R$1,4 bilhão foram gastos no âmbito dos Sistemas Socioeducativos em 2024, cerca de 10% do custo total com a aplicação da Lei de Drogas. São Paulo apresenta o maior gasto em valores absolutos, com R$ 697,3 milhões, seguido de Rio de Janeiro com R$ 153,8 milhões e do Paraná, que gastou R$ 150,8 milhões com essa instituição.

Essas despesas com a guerra às drogas drenam valores que poderiam ser direcionados a outras prioridades públicas, como a ampliação do acesso à saúde, à assistência social e políticas de prevenção. O montante contabilizado pela pesquisa, de R$ 14,5 bilhões, poderia, por exemplo, financiar a construção de 5.881 Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III (CAPSad III), espaços que oferecem atendimento público e gratuito a pessoas em situações relacionadas ao uso problemático de álcool e outras drogas. O valor também poderia beneficiar cerca de 1,8 milhão de famílias com o Programa Bolsa Família durante um ano ou ser investido na construção de 2.536 creches que poderiam atender mais de 953 mil crianças, acabando com a atual fila de espera.

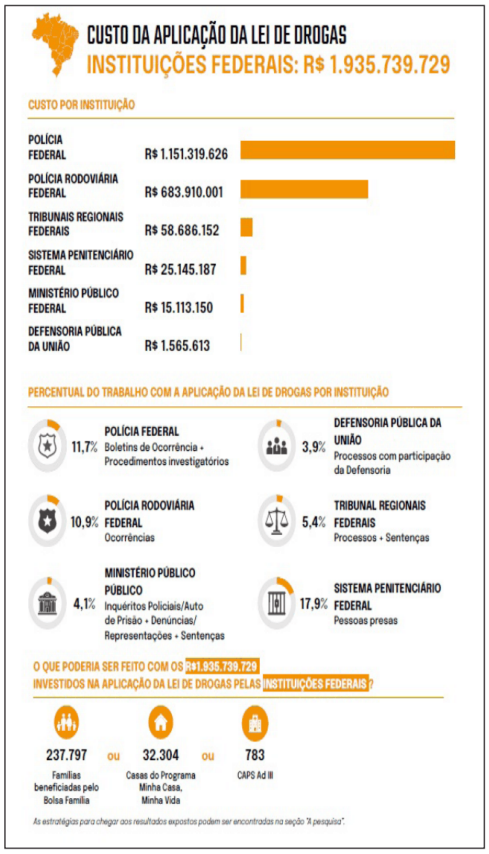
"É inaceitável uma política que consome bilhões de reais, superlota presídios e perpetua a violência em nome do combate às drogas. Os recursos públicos devem estar a serviço da população, não de uma estratégia que insiste em reproduzir violência e desigualdades", comenta a coordenadora da pesquisa Rachel Machado.

Estudo de caso evidencia gastos que ficam fora das estatísticas oficiais

Um estudo de caso conduzido pelo pesquisador Daniel Cerqueira, no Rio de Janeiro, ajuda a entender as lacunas nos registros oficiais sobre os custos das operações realizadas pelos policiais. Em 2024, foram realizadas 1.965 operações no estado, mais de cinco por dia, com custo mínimo estimado de R$ 224.228 por ação, totalizando cerca de R$ 440 milhões no ano, considerando despesas com efetivo policial, helicópteros, blindados, viaturas, munições e outros recursos. Para chegar a essa estimativa, o pesquisador cruzou informações da base de dados do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (Geni-UFF), que registra datas e locais das operações, com reportagens da imprensa, artigos e relatórios de órgãos oficiais e organizações sociais.

TABELA 2 - CUSTO DA APLICAÇÃO DA LEI DE DROGAS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO E INSTITUIÇÕES FEDERAIS EM 2024

Unidades da Federação e Instituições federais	Total (em R$)
Acre	51.166.657
Alagoas	108.875.335
Amapá	45.329.316
Amazonas	253.740.249
Bahia	564.393.633
Ceará	450.456.318
Distrito Federal	490.028.020
Espírito Santo	336.049.186
Goiás	312.353.361
Maranhão	162.070.994
Mato Grosso	475.715.722
Mato Grosso do Sul	438.570.798
Minas Gerais	1.235.146.413
Pará	332.639.175
Paraíba	94.974.962
Paraná	873.408.718
Pernambuco	481.729.904
Piauí	67.426.202
Rio de Janeiro	1.076.298.393
Rio Grande do Norte	188.510.487
Rio Grande do Sul	485.851.185
Rondônia	91.445.135
Roraima	63.829.076
Santa Catarina	610.447.933
São Paulo	3.083.429.573
Sergipe	137.565.380
Tocantins	98.126.066
Instituições federais	1.935.739.729
TOTAL	14.545.317.920



Sobre o Drogas: Quanto Custa Proibir

Ao longo dos últimos cinco anos, o projeto Drogas: Quanto Custa Proibir vem reforçando o debate sobre os impactos da proibição e da guerra às drogas com dados e análises inéditas em quatro frentes de trabalho: segurança e justiça, educação, saúde e território.

Os resultados demonstraram que, além de mortes e violações de direitos, a guerra às drogas se traduz em preço alto para os cofres públicos. Na área da educação, o relatório Tiros no Futuro demonstrou que 74% das escolas cariocas vivenciaram pelo menos um tiroteio com presença dos agentes de segurança em seu entorno em 2019, o que prejudica o desempenho escolar e a renda futura dos estudantes. Saúde na Linha de Tiro, outra etapa do projeto, analisou o impacto da guerra às drogas na saúde e no acesso aos equipamentos públicos de saúde, revelando que moradores de comunidades expostas à violência têm 42% mais risco de desenvolver hipertensão. Favelas na Mira do Tiro estimou um prejuízo anual de R$14 milhões para moradores e de R$2,5 milhões para comerciantes em apenas dois complexos de favelas cariocas como consequência da violência provocada por agentes do Estado.

Sobre o CESeC

Fundado em 2000, o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) desenvolve pesquisas e outros projetos nas áreas de segurança pública, justiça e política de drogas, tendo como compromisso a promoção dos direitos humanos e a luta contra o racismo no sistema de justiça criminal brasileiro.



Nos 102 municípios, tem trabalho da Assembleia Legislativa em defesa de Alagoas e em parceria com o Governo.

É porque as leis e os grandes projetos, obras e programas sociais no Estado passam antes pelo Parlamento para serem debatidos, avaliados, aprovados e, só assim, implementados. São ações que desenvolvem Alagoas e melhoram a vida da gente, como o Cria; pavimentação e duplicação de estradas; construção de UPAs, hospitais e escolas; e tantas outras realizações que estão transformando o Estado.

Conte sempre com a Assembleia Legislativa, parceira de Alagoas e dos alagoanos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ALAGOAS
A VOZ DO POVO


HRN
HOSPITAL REGIONAL DO NORTE
cria
@Ale Al
@TVAssembleiaAL
@assembleiaal
www.al.al.leg.br



DIREITO DO CONSUMIDOR

Arnaldo Santtos
jornalista
arnaldosantos@gmail.com



Academias e o CDC: quando o contrato vira armadilha

Cancelamento antecipado, pode?

A resposta curta é: depende do que está escrito no contrato, mas o Código de Defesa do Consumidor (CDC) impõe limites claros. Se o consumidor assinou um plano com prazo determinado — semestral ou anual — e decide sair antes do fim, a academia pode cobrar uma multa rescisória.
No entanto, essa cobrança não pode ser um bilhete de loteria para a empresa. A multa é permitida desde que esteja prevista no contrato e que o consumidor tenha ciência dela no momento da contratação.
O valor, porém, deve ser proporcional e não pode ultrapassar 10% do valor correspondente aos meses restantes para o fim do plano. Cobranças que punem o aluno por ter usado o serviço por mais tempo — como exigir o "valor integral" da mensalidade sem o desconto promocional — são consideradas abusivas e nulas pelo artigo 51, inciso IV, do CDC.

Multa permitida, mas com teto

Não existe uma lei específica que fixe um percentual único para todas as academias, mas a jurisprudência e os órgãos de defesa do consumidor têm construído parâmetros. O Procon-MPMG, por exemplo, considerou abusiva a cláusula que previa multa de 30% sobre o valor restante do contrato e sinalizou que o limite razoável seria de até 20%. Já o Idec trabalha com o parâmetro de 10% sobre os meses restantes, com base na legislação de proteção ao consumidor.
O importante é que a multa nunca pode colocar o consumidor em desvantagem exagerada. Se o contrato prevê multa de 30%, 50% ou o pagamento integral das mensalidades futuras, essa cláusula deve ser refutada e não paga.

Casos concretos que mostram o problema

Em março de 2026, o Procon do Ministério Público de Minas Gerais multou uma rede de academia, por, entre outras irregularidades, impor multa excessiva em caso de cancelamento e prever renovação automática sem consentimento expresso do consumidor.
A empresa também cobrava taxa de manutenção anual considerada indevida, por ser um custo inerente à atividade que deve estar embutido na mensalidade.
No Maranhão, o Ministério Público ajuizou ação civil pública contra uma academia famosa em todo o Brasil por cobrar multa rescisória de 20% sobre as parcelas restantes de planos anuais e por exigir que o cancelamento fosse feito presencialmente, embora a contratação pudesse ocorrer pela internet.
Em Goiás, o Procon autuou três academias de rede que aplicavam multa rescisória de 30% e faziam renovação automática do plano após o vencimento. No Distrito Federal, o TJDFT declarou abusiva a cláusula de renovação automática que não foi destacada de forma clara no contrato, condenando a academia a devolver os valores cobrados após o fim do plano.

Cláusulas que o consumidor não deve aceitar

Ao assinar um contrato de academia, é preciso ficar atento a uma série de armadilhas. Renovação automática sem destaque é uma delas: o CDC exige que cláusulas restritivas sejam redigidas com caracteres ostensivos e legíveis, e a falta de destaque pode tornar a renovação inválida.
Outra prática abusiva é a exigência de cancelamento exclusivamente presencial, quando a contratação foi feita online, o que dificulta o exercício do direito de arrependimento ou de rescisão.
Também não se deve aceitar taxa de manutenção anual cobrada separadamente, alteração unilateral de horário de funcionamento, foro de eleição que dificulte a defesa do consumidor, débito automático após o encerramento do contrato e cláusulas que transfiram ao aluno a responsabilidade exclusiva por avaliar sua condição física.

Eventos supervenientes: doença, acidente e catástrofe

Situações imprevisíveis podem justificar a suspensão, a revisão ou até o cancelamento do plano sem multa. O CDC, combinado com o artigo 393 do Código Civil, prevê que o caso fortuito e a força maior excluem a responsabilidade do fornecedor. Um projeto de lei chegou a propor que a interrupção de serviços de academias em razão de calamidade pública (como a pandemia de covid-19) caracterizasse força maior, sem aplicação de multa ou outras penalidades contratuais.
Embora esse projeto específico não tenha se convertido em lei geral, o princípio é invocável: se uma catástrofe, um acidente grave ou uma doença incapacitante impedir a prática de exercícios, o consumidor pode pleitear a suspensão ou o cancelamento do contrato sem a multa rescisória.
Para comprovar o impedimento, é necessário reunir documentos como atestado médico com CID, boletim de ocorrência, laudo de acidente, decretos de calamidade pública ou comprovantes de fechamento da unidade.
A comunicação à academia deve ser feita por escrito, com protocolo, e o consumidor tem direito à revisão das cláusulas para restabelecer o equilíbrio contratual.

Deixar de frequentar não cancela o contrato

Muitos consumidores acreditam que, ao pararem de ir à academia, o contrato se encerra automaticamente. Não é o que acontece. Deixar de frequentar as aulas não põe fim à contratação. Planos mensais recorrentes e contratos de prazo determinado podem prever a continuidade da cobrança até que haja um pedido formal de cancelamento, desde que as cláusulas sejam claras e não abusivas. A academia não pode exigir o pagamento integral de todo o período se o aluno simplesmente não utiliza os equipamentos, mas também não pode ser penalizada com o cancelamento tácito.
O correto é formalizar o pedido de cancelamento por escrito, guardar o protocolo e, se a cobrança continuar sem fundamento, contestar e procurar o Procon. A multa por cancelamento antecipado, quando devida, deve ser proporcional ao tempo restante, nunca o valor integral das mensalidades.

Contrato semestral é abusivo?

Não. O contrato semestral ou anual, por si só, não é abusivo. A prática é comum no mercado e pode oferecer mensalidades mais baratas.
O problema não está no prazo, mas nas cláusulas que o acompanham.
Se o contrato prevê uma multa desproporcional, renúncia automática, dificuldade de cancelamento ou informação inadequada, aí sim há abusividade. O CDC garante o direito à informação clara e adequada (artigo 6º, inciso III) e considera nulas as cláusulas que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada (artigo 51, inciso IV).
Portanto, um contrato semestral com multa de 10% sobre as parcelas restantes e com informação destacada é válido; já um contrato semestral com multa de 30% e renovação automática escondida é abusivo.

O que exigir antes de assinar

Antes de colocar a assinatura no contrato, o consumidor deve exigir uma cópia integral do documento com antecedência, ler atentamente as cláusulas de cancelamento, multa, renovação e reajuste, e verificar se as informações sobre horários, serviços incluídos e taxas extras estão claras. Não se deve aceitar cláusulas que imponham multa superior a 20% do valor restante, que exijam cancelamento apenas presencial, que autorizem débito automático após o término do contrato ou que retirem da academia a responsabilidade por orientação técnica.
O consumidor tem direito ao arrependimento em até 7 dias após a contratação, quando a compra ocorrer fora do estabelecimento comercial (artigo 49 do CDC). Se a academia se recusar a fornecer o contrato ou a prestar esclarecimentos, isso já é um sinal de alerta. A regra é simples: contrato claro, multa proporcional e respeito ao direito de cancelar. Qualquer coisa além disso é prática abusiva e deve ser refutada.



Aqui se constrói o
FUTURO DE ALAGOAS

É na Assembleia Legislativa de Alagoas que todo projeto vira lei e toda proposta e programa social é aprovado transformando a vida dos alagoanos em todas as cidades de nosso estado.

Por isso, onde tem benefício para Alagoas, tem o nosso trabalho.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
ALAGOAS
A VOZ DO POVO

www.al.al.leg.br | Acompanhe nossas redes sociais:



ELIAS FRAGOSO ■ Economista, professor e consultor

Cadê vocês, senhores governadores? Cadê vocês, senadores e deputados que encheram a boca com o nome do Nordeste? Cadê a hombridade de quem jurou defender a sua gente? Cadê a responsabilidade com o estado que os elegeu?

Cadê vocês, políticos?

A celeuma em torno da novela que mais uma vez reduziu o Nordeste a caricatura atravessou a região inteira, tomou as ruas, as redes, os locais de trabalho e as mesas de família, e encontrou do outro lado um silêncio que precisa ser chamado pelo nome. Nenhum governador, nenhum senador, nenhum deputado federal, nenhum deputado estadual da região veio a público defender a verdadeira agressão praticada contra o Nordeste, condenar a novela e enfrentar o modelo de negócio que lucra impondo a nove estados uma imagem que eles não têm. Nenhum.

São os mesmos que, há menos de um mês, subiam em palanque, batiam no peito e juravam de pés juntos que defenderiam com unhas e dentes o eleitor, a cidade, o estado, o desenvolvimento, o crescimento, a dignidade do povo. Elegeram-se. Na primeira oportunidade de honrar a palavra, diante da primeira afronta pública à gente que os colocou lá, escolheram o nada.

O silêncio tem explicação, e ela é simples. Defender o Nordeste contra uma emissora poderosa e contra os interesses que a sustentam não rende verba, cargo, contrato nem aparição simpática no horário nobre. Político dessa estirpe só se movimenta quando há algo a ganhar, dinheiro a pôr no bolso, o que roubar. Quando não há, faz-se de morto, e é exatamente o que fazem agora, enquanto 54 milhões de nordestinos assistem à própria terra ser rebaixada em rede nacional.

Uma população inteira está revoltada, e eles caladinhos estavam, caladinhos continuam, covardemente, safadamente. Covardemente, porque temem desagradar quem distribui visibilidade e influência no centro do poder. Safadamente, porque sabem que daqui a quatro anos voltarão ao mesmo palanque, com o mesmo discurso, para pedir o voto do mesmo povo que agora abandonam, apostando que a memória do eleitor seja tão curta quanto a coragem deles.

A memória não será curta. Cadê vocês, senhores governadores? Cadê vocês, senadores e deputados que encheram a boca com o nome do Nordeste? Cadê a hombridade de quem jurou defender a sua gente? Cadê a responsabilidade com o estado que os elegeu e com os representados que pagam os seus salários? Cadê a voz que sobrava em outubro e desapareceu em novembro? Mandato traz obrigação, e quem se cala diante da afronta ao próprio povo assina embaixo dela. O Nordestino viu, o Nordestino anotou, e o Nordestino vai cobrar nas urnas.





ALARI ROMARIZ TORRES
■ Aposentada da Assembleia Legislativa

Cada dia fico mais impressionada com a fragilidade dos velhinhos. São sujeitos a golpes dentro da própria família. Ainda existem bons filhos que protegem seus pais.

Maldades humanas

Estou cansada de ver idosos serem maltratados por causa de suas fragilidades.

A perseguição que os políticos fazem com os velhinhos é irritante. Os poderosos cortam o salário dos pequeninos e mandam que eles vão à justiça. Fazem isso porque a justiça é lenta e o prejuízo é grande. Enquanto isso, os pobres coitados sofrem com salário cortado.

Um se vinga por ser criticado, o outro porque vê tudo errado e nada faz. Não existe respeito à lei dos idosos. Por vingança, faz sua decisão errada e prejudica a pobre velha.

E a idosa entrega tudo a Deus e espera uma solução para o seu caso. Ainda espera que os dois algozes sejam devidamente castigados. Tudo nas mãos de Deus.

Acompanho casos de filhos que tomam a casa dos pais, deixam os coitados na rua e vendem o imóvel. Outros colocam os idosos num asilo e nem vão visitá-los. Esquecem os filhos que, se não morrerem pelo caminho, ficarão velhos e passarão por situações idênticas.

Na maioria dos casos, os filhos casam e a nora começa a influenciar o marido a abandonar os pais. Se os filhos forem fracos, embarcarão na influência negativa.

Normalmente os filhos adotivos são os mais agradecidos e sempre se dispõem a ajudar os pais.

O que custa durante o dia um filho tirar dez minutos e ligar para os pais idosos e saber como eles estão?

Dizem que cobrar amor e respeito é errado. Entretanto, eu, como mãe velha, sinto falta de ouvir a voz dos filhos. Basta um dizer que vai bem e procurar saber como vão os pais para alegrar meu coração. Não vivo atrás dos filhos, não os incomodo, mas sinto saudades.

Certa vez, um filho me disse que ajudou a cuidar da sogra até o fim da vida dela. Não senti ciúmes! Achei que ele fez muito bem, pois ela o ajudou na criação dos filhos.

Cada vez que ouço histórias de filhos que roubam os pais, que os maltratam e jogam os coitados num asilo, fico triste e comovida. Um dia, eles vão pagar pelo erro.

Outro fato que me incomoda é ver alguém tratando mal algum velho ou roubando o pobre coitado. Cadeia é pouco para tal tipo de pessoa.

Recentemente, vi na TV a história de dois netos que mataram os avós para roubarem o dinheiro deles. Já estão soltos e viraram pastores protestantes.

Outro fato comum é de filhos que matam os pais, introduzem estranhos em suas casas e planejam o que querem fazer. Só Deus na causa!

Cada dia fico mais impressionada com a fragilidade dos velhinhos. São sujeitos a golpes dentro da própria família. Ainda existem bons filhos que protegem seus pais.

Eu e meu marido temos dois anjos que nos protegem da maldade humana, mas vivemos de olho aberto para nos defendermos de pessoas más.

Já vi neto querendo aumentar a pensão da avó, pois ele administrava o cartão dela. Também vi filho dizendo que a mãe não precisa de dinheiro, pois não sai de casa. Entrou em nosso sindicato um jovem arrogante com a chave do carro na mão achando que a aposentadoria da mãe era muito pequena. Eles não trabalham e ficam com a pensão da idosa.

Que Deus olhe para tais delinquentes e os castiguem sem dó.

Ele existe. Não duvidem!



JAIR BARBOSA PIMENTEL
■ Jornalista, professor e escritor

Minha Biblioteca Escola tem um acervo de 2 mil livros dos mais variados temas, distribuídos em estantes antigas e de portas envidraçadas.

Uma missão prazerosa e voluntária

É a que venho mantendo há 13 anos na zona rural de Viçosa, com uma Biblioteca Escola e uma Casa Museu destinadas a crianças, jovens, adultos e idosos e a visitantes, sem receber ajuda financeira nem por parte do governo e nem da iniciativa privada, pelo simples fato de me sentir útil, principalmente para atender a classe pobre carente do saber. Sinto-me feliz quando transmito meus conhecimentos como professor, jornalista e escritor. Sou aposentado desde 2004, através de tempo de serviços e pelo INSS, quando tive uma brutal queda em minha renda.

Minha Biblioteca Escola tem um acervo de 2 mil livros dos mais variados temas, distribuídos em estantes antigas e de portas envidraçadas. Tudo é catalogado como antigamente: em fichas com livros de literatura infantil, de adolescente e adultos. Uma é só de enciclopédias, atualmente ociosas, mas que servem para contar a importância delas à minha geração, quando não existia o google.com, romances estrangeiros, brasileiros, biografias, autoajuda, religiosos e o que poucos conheciam, principalmente as crianças: os gibis. Tenho um Clube do Livro destinado a quem quer ler em casa e devolver intacto. Também ministro aulas na área de humanas e atualidades.

Entre os livros que comprava em livrarias e recebia doações, li um romance de autor americano cujo personagem era um industrial bilionário, em adiantando estágio de um câncer agressivo e que queria deixar sua herança a um neto que escolheu, desde que cumprisse o que ele tanto sonhava: instalar uma Biblioteca Escola na zona rural de um país da América do Sul, contratasse um professor e passasse a incentivar o gosto pela leitura em meio à comunidade. Ele escolheu a Colômbia, cumpriu sua missão e recebeu a herança. Isso abriu-me a chance de realizar meu sonho: escolhi o Povoado Bananal, antigo engenho de açúcar de meus antepassados e instalei a Biblioteca Escola e uma Casa Museu.



ALEX FERNANDES
Acadêmico em Ciência Política

Os pagadores de impostos

Quando você efetua uma compra em uma loja ou abastece seu veículo em um posto de combustíveis, no valor total está incluído os impostos e custos, mais a margem de lucro do empresário, ou seja, quem paga o imposto é o consumidor, as empresas funcionam apenas como arrecadadoras do valor pago correspondente aos impostos para depois repassar ao governo, mas mesmo assim muitos empresários enchem a boca para dizer que devem ter mais direitos que qualquer outro cidadão porque são "pagadores de impostos", como se o cidadão comum utilizasse os serviços públicos graças ao empresariado.

O sistema tributário brasileiro é com base no consumo, não na renda ou patrimônio, então como apenas 1% da população brasileira é considerada rica, os demais 99% compostos por trabalhadores são responsáveis pela manutenção dos serviços públicos e de todo o funcionamento do Estado brasileiro, pois essa maioria consumidora são os verdadeiros pagadores de impostos, mas essa mesma maioria está em minoria em representação na Câmara dos Deputados, pois dos 513 deputados, 309 declaram patrimônio superior a um milhão de reais, sendo que desses, 234 informam bens que somam mais de 1 milhão até 5 milhões de reais; 44 mais de 5 milhões a 10 milhões de reais; e 31 acima de 10 milhões de reais; ou seja, os trabalhadores que são a maioria estão em minoria em representação no parlamento brasileiro.

Esses mesmos empresários "pagadores de impostos" em 2019 já deviam à Previdência Social 491 bilhões de reais, sendo que 331 bilhões são considerados irrecuperáveis, de empresas devendo desde a década de 60; dentre 1 milhão de empresas devedoras, quatro mil empresas devem acima de 15 milhões de reais, tendo a Previdência apenas a possibilidade de recuperação de 160 bilhões de reais, sendo o valor total correspondente aos valores arrecadados dos descontos de trabalhadores e não repassado pelas empresas e demais obrigações sociais à Previdência..

Em 2026 só em incentivos fiscais são mais de 900 bilhões de reais a empresas de diversos segmentos dados pelo governo federal, além do subsídio aos produtores de cana-de-açúcar no valor de 12 reais por tonelada, sendo o valor total destinado pelo Ministério da Agricultura de mais 270 milhões de reais, além de 10 bilhões do superávit financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para projetos de disseminação de tecnologias e equipamentos inovadores nacionais para produtores rurais para mitigar os efeitos do tarifaço dos Estados Unidos contra o Brasil.

Além disso, a sonegação fiscal das empresas passa de 508 bilhões de reais por ano, ou seja, além dos impostos cobrados diretamente do consumidor e não repassados ao governo, ainda existe esse valor sonegado em impostos e patrimônio, sendo 47% entre pequenas empresas, 31% entre médias empresas e 16% de grandes empresas, sendo que entre incentivos, dívidas e sonegação fiscal as empresas retêm próximo de 2 trilhões de reais do governo federal.

Essas mesmas empresas pressionam o governo para fazer um ajuste fiscal nas contas públicas, dizendo que o governo gasta demais e que esses cortes têm que acontecer na saúde, educação, programas sociais e cultura; mas querem anistia para suas dívidas, não querem renúncia aos incentivos fiscais para ajudar o país e nem se comprometem a não sonegar impostos, mas cobram o fim do Bolsa Família pois para eles o problema do Brasil são as despesas com os programas sociais.

Segundo a FGV e o Banco Mundial, cada um dólar investido no Bolsa Família gera 2,16 dólar em atividade econômica, especialmente em municípios pobres, pois essas pessoas são quem compram no comércio local, fortalecendo negócios locais, garantindo os empregos e contribuindo com a geração de novos empregos, chegando só em Alagoas a ser pago mais de 400 milhões de reais, atendendo mais de 504 mil famílias.

Na verdade a elite econômica está acostumada em ter o Estado brasileiro trabalhando ao seu favor, e com as instituições a seu serviço como forma de controle das massas e não aceitam modificações principalmente que gerem distribuição de renda e garanta acesso a educação e cultura à classe trabalhadora, pois querem os recursos e os espaços estatais a seu serviço e a mão de obra barata em virtude da pobreza e falta de qualificação dos trabalhadores, os quais são a maioria e que bancam o Estado brasileiro.

ADEPAL
Associação dos Defensores Públicos do Estado de Alagoas

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
ELEIÇÕES ADEPAL BIÊNIO 2027/2028

A Presidenta da ASSOCIAÇÃO DOS DEFENSORES PÚBLICOS DO ESTADO DE ALAGOAS – ADEPAL, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente nos termos dos arts. 20 e seguintes do Estatuto Social, **CONVOCA todas as associadas e todos os associados para a Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **11 de dezembro de 2026 (sextafeira), das 8h às 12h**, destinada à eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal da ADEPAL para o biênio 2027/2028. A eleição será realizada **exclusivamente por meio eletrônico**, pelo sistema de votação disponível no endereço **eleicao.adepal.org.br**, mediante autenticação individual por token encaminhado ao e-mail cadastrado na Associação. O prazo para inscrição das chapas encerra-se no dia **6 de dezembro de 2026, às 23h59**, mediante requerimento encaminhado à Comissão Eleitoral, conforme as disposições do **Regulamento Eleitoral. O Regulamento Eleitoral foi divulgado aos associados em 10 de novembro de 2026**, por email e WhatsApp, encontrando-se disponível para consulta na sede da ADEPAL, situada na Av. Fernandes Lima, nº 3296, Gruta de Lourdes, Maceió/AL.

Maceió/AL, 16 de novembro de 2026.

MANUELA CARVALHO MENEZES Presidenta da ADEPAL



STAND-UP COMEDY

Whindersson Nunes leva turnê para Arapiraca com apresentação única

Espetáculo consolida uma das fases mais bem sucedidas da carreira do humorista

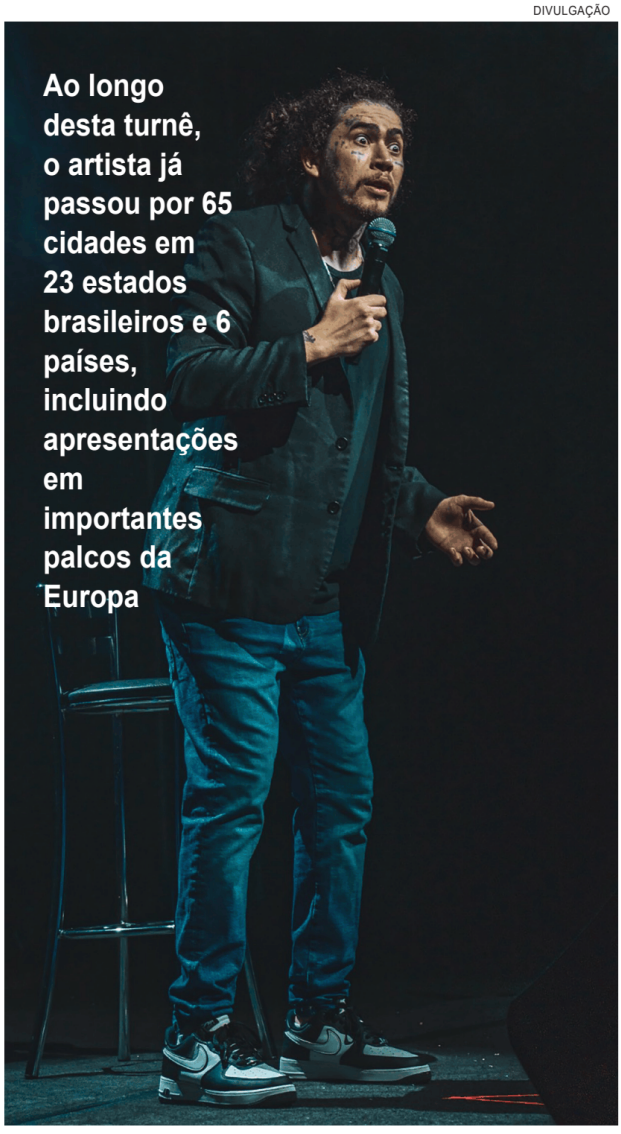
ASSESSORIA

Depois de uma passagem muito bem sucedida por Maceió em 2025, um dos maiores nomes do stand-up comedy do Brasil, Whindersson Nunes, volta a Alagoas, mas dessa vez, a capital do Agreste, Arapiraca, é a cidade escolhida para receber a nova versão do show "Isso Definitivamente Não É Um Culto", que acontece em apresentação única no próximo dia 29 de novembro, às 19h, no Ginásio João Paulo II.

Os ingressos custam a partir de R$ 60,00 e podem adquiridos de forma online pelo link https://idparceiros.com/gaproducoes e de forma presencial em Maceió no Viva Alagoas do Maceió Shopping. Em Arapiraca os ingressos presenciais estão sendo vendidos na Banca Fox e na Loja Colcci Arapiraca.

Seguindo pela estrada e atingindo novos públicos em 2026, Whindersson Nunes, que está em turnê mundial com "Isso Definitivamente Não É Um Culto", mostra que esse espetáculo se tornou um marco em sua trajetória e reafirma sua força como um dos maiores nomes do entretenimento brasileiro. Após um 2025 histórico nos palcos com um show para cerca de 20 mil pessoas, o comediante mantém a agenda aquecida e continua levando o show a diferentes cidades do Brasil e a palcos internacionais.

DIVULGAÇÃO



Ao longo desta turnê, o artista já passou por 65 cidades em 23 estados brasileiros e 6 países, incluindo apresentações em importantes palcos da Europa. No total, o projeto já ultrapassou a marca de 230 mil espectadores, com 94 sessões principais, 63 delas com ingressos esgotados, além de 47 sessões extras, resultado da alta demanda em diversas praças.

O espetáculo é um mergulho profundo e bem humorado, é claro, nos processos internos do artista. Whindersson transforma vivências pessoais, reflexões sobre o mundo atual e temas como saúde mental, comportamento, redes sociais e espiritualidade em um humor afiado, inteligente e próximo do público, mas sem tratar o assunto como algo banal.

Produzido pela Non Stop, Whindersson segue rodando o país com datas em diversas cidades. Em Alagoas, a produção local do espetáculo é da G A Produções, Vilella Produções e Irá Produções.

Serviço

Whindersson Nunes - Isso definitivamente não é um culto
Data: 29 de novembro
Horário: 19h
Local: Ginásio João Paulo II - Arapiraca
Vendas online: https://idparceiros.com/gaproducoes
Vendas presenciais em Maceió: Viva Alagoas, Maceió Shopping
Vendas presenciais em Arapiraca: Banca Fox e Colcci Arapiraca
Informações: (82) 99954-8345 / (82) 98880-8182
Instagram: @gaproducoes
Produção local: G A Produções, Vilella produções e Irá Produções
Realização: Non Stop Produções

FOTOS: SECOM MACEIÓ





CIDADE DE TODOS NÓS

Programa Adote uma Área Pública permite que empresas e entidades contribuam com a manutenção de espaços na capital

Em Maceió, praças, jardins, canteiros e áreas verdes podem receber melhorias por meio de parcerias com o Município

SECOM MACEIÓ

Praças, jardins, canteiros, áreas verdes e outros espaços públicos da cidade podem receber melhorias por meio de parcerias entre o município de Maceió e entidades da iniciativa privada e da sociedade civil. A proposta integra as ações do programa da Prefeitura de Maceió, Adote uma Área Pública, instituído pela Lei Municipal nº 6.286/2013, sob coordenação do Instituto de Pesquisa, Planejamento e Licenciamento Urbano e Ambiental de Maceió (Iplam).

A iniciativa visa incentivar a participação de empresas, associações e outras entidades na conservação e qualificação dos espaços públicos, contribuindo com melhorias urbanísticas e paisagísticas e com a manutenção desses locais.

As propostas de adoção devem estar de acordo com os projetos elaborados ou aprovados pelo Iplam. O programa contempla quatro modalidades de atuação: urbanização do espaço; construção, instalação ou reparo de equipamentos esportivos e de lazer; conservação e manutenção da área; e realização de atividades culturais, educacionais, esportivas ou de lazer, conforme projeto aprovado.

Em todos os casos, as intervenções precisam de aprovação prévia do Município e devem respeitar as características e as funções urbanísticas do espaço adotado. O Iplam reforça que a adoção do espaço público não se trata de uma outorga de uso, ou seja, a área pública não está sendo alugada ou privatizada.

A entidade responsável não ganha o direito de uso para fins particulares, não pode fechar o acesso ao público e nem agir como proprietária do local. O espaço continua sendo de livre acesso a todos.

Como participar?

Podem participar pessoas jurídicas legalmente constituídas, entidades da sociedade civil e associações de moradores, desde que atendam aos requisitos legais e estejam cadastradas no Município de Maceió. A legislação também permite que empresas, entidades e moradores se organizem em grupos para apresentar propostas de adoção.

Confira os documentos necessários para fazer a solicitação

Carta de intenção;
Proposta-resumo dos projetos;
Documentos de identificação;
da entidade e de seu representante, incluindo CNPJ e endereço;
Atos constitutivos vigentes e documentos que comprovem os poderes do representante;
Certidões de regularidade fiscal;
Comprovante de cadastro no município;
Declaração de que o interessado não se enquadra nas hipóteses de exclusão previstas em lei;
Documentos complementares, conforme as características de cada proposta.

Etapas até o Termo de Adoção

Para iniciar o processo, o interessado deve acessar o SUPE Cidadão, preencher as informações solicitadas e anexar toda a documentação exigida. Após o recebimento, a proposta é publicada no Diário Oficial do Município, e outros interessados podem apresentar propostas para a mesma área no prazo de 15 dias. Concluídas as análises técnica e jurídica, a parceria é formalizada por meio de Termo de Adoção, com prazo determinado.

Entre os exemplos de espaços contemplados pelo programa estão a Praça Recife, no bairro do Poço, cujo projeto foi desenvolvido pelo Iplam em parceria com o Ministério Público de Alagoas (MPAL); e a Praça Hélio Vasconcelos, na Ponta Verde, adotada pelo Maceió Mar Hotel.

A adoção de áreas públicas é uma forma de aproximar a sociedade do cuidado com a cidade, somando ações para preservar espaços de convívio e ampliar as possibilidades de uso pela população.



ECONOMIA EM PAUTA

■ Bruno Fernandes – bruno-fs@outlook.com

AGÊNCIA BRASÍLIA



Desemprego em Alagoas

Alagoas registrou queda de 1,2 ponto percentual na taxa de desemprego no terceiro trimestre de 2026 em comparação com os três meses anteriores. Os dados foram divulgados na quarta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua). O estado integra o grupo de oito unidades da Federação que apresentaram redução significativa da desocupação no período. Apesar da melhora no indicador, Alagoas ainda enfrenta dificuldades na inserção da população no mercado de trabalho. A taxa de subutilização da força de trabalho chegou a 22,5%, uma das mais elevadas do país. O índice considera desempregados e pessoas que trabalham menos horas do que gostariam, além daquelas que poderiam trabalhar, mas não estavam procurando emprego.

Bilhões do 13º

BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL



O pagamento do 13º salário deve injetar R$ 3,89 bilhões na economia de Alagoas até o fim de 2026, impulsionando o comércio e o setor de serviços durante as festas de fim de ano. A estimativa considera os valores destinados a trabalhadores com carteira assinada, aposentados, pensionistas e empregados domésticos. Somente os cerca de 11 mil trabalhadores domésticos formalizados devem receber R$ 18,77 milhões. Os vínculos formais de trabalho, incluindo o emprego doméstico, concentram 70,1% dos recursos previstos para circular no estado.

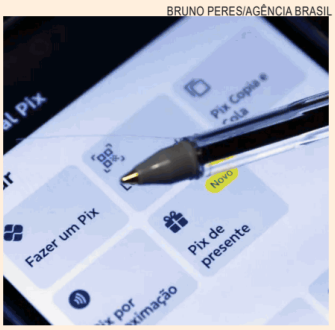
Economia desacelera

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



A economia brasileira registrou queda de 0,9% no terceiro trimestre de 2026, segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado esta semana. O resultado indica perda de ritmo da atividade produtiva nacional após os avanços registrados nos períodos anteriores. O indicador é considerado uma prévia do desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), calculado oficialmente pelo IBGE. Apesar da retração nacional, alguns setores da economia alagoana apresentaram resultados positivos em setembro, especialmente serviços, comércio e turismo. O estado também registrou a criação de 11.110 empregos formais naquele mês, conforme dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged).

BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL

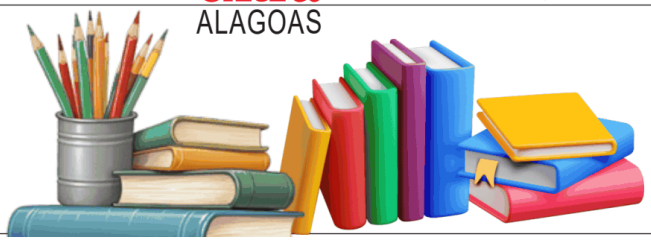


Novidades no Pix

O Banco Central prepara novas funcionalidades para o Pix, incluindo pagamentos por aproximação sem conexão à internet e integração com sistemas internacionais. As novidades fazem parte da agenda de expansão da ferramenta, que completou seis anos de funcionamento em novembro. A modalidade offline deverá permitir transações por meio de celulares, cartões com chip e dispositivos inteligentes. Também estão previstos aprimoramentos no Pix Automático, como pagamentos parciais de cobranças e maior flexibilidade na programação de débitos recorrentes. Outra iniciativa em estudo é a conexão do Pix com plataformas estrangeiras, o que poderá facilitar transferências internacionais.



RADAR LITERÁRIO



Imprensa Oficial Graciliano Ramos vai lançar trilogia de Benedito Ramos em volume único

Doce de Mamão-Macho, Água de Chocalho e Comendo no Mesmo Prato retratam a vida no Sertão nordestino a partir de conflitos familiares e sociais

FOTOS: SOLANGE MILONES







BRUNO SORIANO
Ascom Imprensa Oficial

A Imprensa Oficial Graciliano Ramos prepara mais um importante lançamento para os próximos dias. Intitulado Doce de Mamão-Macho, o volume vai reunir as três obras da Trilogia Querenciana do escritor alagoano Benedito Ramos. Além do livro homônimo, publicado pela editora em 2019, a edição inclui Água de Chocalho e Comendo no Mesmo Prato, títulos que também retratam a cultura popular do Sertão nordestino, percorrendo temas como o coronelismo e a sexualidade.

Em Doce de Mamão-Macho, Benedito Ramos apresenta Jesuíno Pereira e Maria Querência, que guardam um segredo por vinte anos dos moradores da fictícia Bom Jesus dos Pecadores. Já em Água de Chocalho, romance publicado pela Imprensa Oficial em 2013, Deusdete e sua família vivem em Águas Claras, cidade marcada, sobretudo, pela desigualdade social, onde o coronel Honório Paes recorre à violência para se apropriar de terras e preservar sua autoridade na região.

Reunidos em um só volume, os três livros permitem ao leitor acompanhar a trilogia até o desfecho em Comendo no Mesmo Prato, que narra a história de dois irmãos que se casam com a mesma mulher. Segundo Benedito Ramos, o terceiro livro também busca retomar o tom bem-humorado de Doce de Mamão-Macho.

"Em Doce de Mamão-Macho, o bom humor traduz a leveza de quem enfrenta as adversidades da vida no Sertão sem se curvar. Mas reconheço que Maria Querência extrapolou minhas expectativas, personificando a resiliência e o protagonismo da mulher contemporânea, o que explica o sucesso dessa personagem", conta o autor, acrescentando que Doce de Mamão-Macho acabou também inspirando outras obras, para além da trilogia.

Sobre o apoio à publicação, Benedito Ramos ressalta o trabalho desenvolvido pela editora do Governo de Alagoas no fomento à produção literária em todo o estado.

"Venci concursos promovidos pela Imprensa Oficial, que valoriza a nossa cultura ao incentivar os escritores locais. Só tenho a agradecer por mais essa parceria e pela sensibilidade do diretor-presidente da instituição, Mauricio Bugarim, que apostou nesse projeto desde o início", destaca o pesquisador, crítico de arte e membro da Academia Alagoana de Letras desde 2006.

Ainda pela Imprensa Oficial, o escritor também publicou, em 2019, o romance "Nadi", que conta a história de Chiquinha, uma rezadeira tradicional cuja vida, saberes e costumes são narrados por Nadi, testemunha viva da cultura oral, da religiosidade popular e dos laços afetivos presentes no interior alagoano.



FERNANDO CALMON ■ fernando@calmon.jor.br

Toyota confirma nova picape Corolla Deck no próximo ano

A fabricante japonesa inaugurou no último dia 18 sua nova fábrica de veículos, batizada de Sorocaba 2, no interior de São Paulo. Produção de uma picape média com base no SUV médio Corolla Cross foi confirmada por Evandro Maggio, CEO e presidente da empresa no Brasil. O novo produto chegará às concessionárias em 2027. Embora a data não tenha sido revelada, há expectativa de lançamento em maio.

A novidade é o primeiro resultado da área de desenvolvimento de produtos da Toyota no país. Até então, todos os modelos vinham sendo projetados no exterior com suporte da engenharia brasileira. A picape Deck compartilha a base do SUV Corolla Cross. Portanto, também terá versão hibrida flex, posicionada como topo de linha e tração 4x4. O visual da coluna dianteira à coluna traseira é idêntico ao do SUV. Será comercializada exclusivamente com cabine dupla.

Há expectativa de que a configuração de entrada traga o motor 2-L flex, 175 cv (E)/169 cv (G) e torque de 20,8 kgf·m para os dois combustíveis. Não foram revelados pormenores técnicos da nova picape, como dimensões, suspensões, volume da caçamba e capacidade de carga. No Corolla Cross, a suspensão traseira utiliza eixo de torção. Ou seja, diferente do sedã Corolla, cujo sistema é independente do tipo multibraço.

Com o novo modelo, a Toyota entrará na competição por um segmento em forte crescimento no Brasil: o de picapes intermediárias como Toro, Rampage, Niagara e Mako, da BYD ainda este ano. Estas são menores do que as médias, como Hilux, Ranger e S10 e maiores que Strada e Saveiro. Também para 2027 está previsto o lançamento da VW Tukan.

Segundo Maggio, a nova picape será exportada para outros mercados em que a marca atua na América Latina. O executivo explicou que Sorocaba 2 é resultado de parte do atual ciclo investimento da Toyota no Brasil, de R$ 11,5 bilhões, até 2030. A entrada em operação da nova unidade fabril garante a criação de 1.700 empregos. Quando estiver em plena operação, em 2030, esse número subirá para 2.000.

União Europeia pode afrouxar cotas para carros não elétricos

A decisão ainda vai passar por votação no parlamento europeu e, segundo o site português Razão Automóvel, está agora em discussão uma nova proposta. A União Europeia caminhava para aceitar que 10% das vendas de automóveis continuassem com motores a combustão mesmo sem nenhum grau de hibridização, a partir de 2035. Agora o que se cogita é que aquele percentual suba para 12,5% e tudo parece indicar que será aprovado.

Este segundo recuo, caso se concretize, é reflexo de dúvidas que persistem sobre a velocidade da transição de motores convencionais para os 100% elétricos. O caminho dos híbridos em seus três níveis (semi-híbrido, híbridos plenos e plugáveis) mantêm-se como estratégia prudente. Estes não dependem de uma rede de recarga elétrica capilar, especialmente em estradas de baixo tráfego e longe dos centros urbanos. E, claro, ter um carro elétrico para cidade e outro híbrido ou só a combustão para viajar não está ao alcance de todos, mesmo dentro dos padrões de poder aquisitivo da Europa.

Em relação aos fabricantes atuais também não há unanimidade. Rumo está traçado, enquanto há dúvida sobre o ritmo. Isso sem contar que um elétrico de alcance estendido utiliza um motor a combustão apenas para acionar um gerador. A Mercedes-Benz, por exemplo, acaba de recuar de planos de se concentrar apenas em elétricos. O recado foi dado por Jörg Bartels, vice-presidente mundial de desenvolvimento de motores da empresa alemã. "Nossos clientes em todo o mundo têm necessidades e expectativas diferentes. Por isso nos comprometemos a utilizar a melhor tecnologia de forma a gerar valor agregado tangível e inspirar nossos clientes."

Enquanto isso, Lotus será a primeira a usar um super V8 de quatro litros, mais de 670 cv e apenas 200 kg de massa. Motor é desenvolvido pela Horse Powertrain, associação entre Renault, Geely e a petrolífera Aramco. A fabricante inglesa já tinha afirmado que fabricaria apenas elétricos. Contudo, em 2028, aquele motor estará em um híbrido com potência combinada total superior a 1.000 cv.

Teste: i20 Ultimate destaca-se pelo espaço interno

Novo hatch compacto da Hyundai, posicionado entre HB20 e Creta, atrai pelo visual robusto. Mesmo sem características de SUV ou mesmo crossover, apresenta soluções estéticas interessantes como desenho das colunas traseiras e dianteira atraente. Até dispensou barras no teto, em geral meramente decorativas. Mudança bem-vinda na traseira foi o reposicionamento das luzes direcionais do para-choque para posição alta junto às das lanternas e luzes de freio bem mais visíveis.

Dimensões (mm): comprimento, 4.130; entre-eixos, 2.580; largura, 1.780 (2.045 com espelhos); altura, 1.780. Volumes (L): porta-malas, 346; tanque, 50. Massa: 1.205 kg. Motor 3-cilindros turbo 1 L, flex: potência 115 cv (E)/(G); torque 17,5 kgf·m (E)/(G). Consumo (Inmetro km/L, cidade/estrada): 8,8/10,1 (E); 12,6/14,3 (G). Alcance (Inmetro km, cidade/estrada): 440/505 (E); 630/715 (G). Tração dianteira. Câmbio automático epicíclico, seis marchas. Aceleração 0 a 100 km/h (s): 11,7 (E)/(G).

Entre os pontos positivos destacam-se espaço interno inclusive no banco traseiro, bom volume do porta-malas e os equipamentos de série. Há carregador do celular por indução, central multimídia de 10,25 pol. com espelhamento sem fio e revestimento de couro nos bancos. Entretanto, no quadro de instrumentos até os ponteiros são virtuais e luzes de ré continuam no para-choque, pouco visíveis.

Na avaliação dinâmica, primeiro ponto a destacar é o bom funcionamento dos sistemas avançados de assistência ao motorista que oferecem confiança, sem intervir excessivamente. Também traz tranquilidade em trânsito pesado o auto-hold (freio de estacionamento de atuação e liberação automáticas). Destacam-se boa resolução da tela multimídia e possibilidade de regular o volume de áudio no raio direito do volante ou por botão rotativo na parte central do painel. Freios a disco nas quatro rodas são eficientes.

Em pisos irregulares, surge discreta aspereza no trabalho das suspensões. Potência do motor sofreu pequena diminuição para enquadramento no programa Carro Sustentável, mas com torque mantido a dirigibilidade foi pouco afetada.

Preço: R$ 139.990

GWM Tank 400 estreia já em versão híbrida flex

Apresentado como a 11ª novidade de um programa de 12 lançamentos previstos para este ano no Brasil, a GWM amplia sua presença no segmento de SUVs de luxo com o Tank 400 Hi4-T. Um híbrido plugável flex que destaca capacidade fora-de-estrada, desempenho, conforto interno e de rodagem. Entre seus atrativos a robusta construção de chassi sobre longarinas tipo escada e o conjunto mecânico. Seu desenho angulado segue o estilo Mecha inspirado nos robôs gigantes (mechas) de ficção científica.

Associa motor 2-L turbo flex, de quatro cilindros, injeção direta e um elétrico integrado ao câmbio automático epicíclico de nove marchas. São 394 cv e 76,5 kgf·m de torque combinados, com gasolina ou etanol. Acelera de 0 a 100 km/h em 6,8 segundos. A bateria de 37,1 kW□h proporciona alcance elétrico médio de 71 km pelo padrão Inmetro. Aceita recarga em corrente alternada de até 6,6 kW e contínua de 50 kW.

Diferentemente dos SUVs voltados ao uso urbano, mantém soluções tradicionais para enfrentar terrenos difíceis. Dispõe de tração 4x4 com reduzida, bloqueios eletrônicos dos diferenciais e 12 modos de condução. A distribuição de torque varia de 100% no eixo traseiro a 50% em cada eixo. Altura livre do solo de 255 mm e ângulos de entrada e saída de 33° e 31°, respectivamente. Pode atravessar trechos alagados de até 800 mm de profundidade e rebocar 2.500 kg. O sistema Tank Turn (similar ao de tanque militar) auxilia manobras em espaços reduzidos.

Dimensões: 4.964 mm de comprimento, 2.850 mm de entre-eixos, 1.905 mm de altura e largura de 1.970 mm sem espelhos. Tem cinco lugares e oferece porta-malas de 789 litros (não homologado pelo confiável padrão VDA). No interior, há couro Nappa, bancos dianteiros com aquecimento, ventilação e massagem, ar-condicionado de três zonas e um porta-objetos térmico de 5,4 litros no console central cuja tampa é o descansa-braço dianteiro. O sistema de som Surround 7.1 tem 12 alto-falantes e subwoofer. Central multimídia de 15,6 pol., quadro digital de 12,3 pol. e projeção de dados no para-brisa completam os equipamentos.

O pacote de segurança inclui seis airbags, controle de cruzeiro adaptativo, frenagem autônoma de emergência e assistente de permanência na faixa.

Preço: R$ 389.000

RESENHA ESPORTIVA



ARTHUR FONTES
arthurfontes425@gmail.com

Alagoano Kaio César faz 3 gols em goleada do Corinthians por 4 a 0

O alagoano Kaio César marcou três gols na vitória do Corinthians por 4 a 0 sobre o Botafogo, na Neo Química Arena, e foi decisivo para tirar o time provisoriamente da zona de rebaixamento. Com 40 pontos, o clube ultrapassou Internacional e Vitória e assumiu a 15ª posição, a três rodadas do fim do Brasileiro. O alívio exige cautela: os dois concorrentes ainda têm jogos na rodada, contra Vasco e Red Bull Bragantino, respectivamente. Memphis Depay fez o segundo gol da partida, encerrou uma longa seca e participou de outros dois. A atuação de Kaio dá peso à incerteza sobre sua permanência: perto de deixar o clube, ele não deve ser contratado definitivamente por causa da crise financeira. Os três gols dele mostram o valor esportivo do atacante para uma equipe que luta para evitar a queda. Para o Botafogo, a derrota aumenta a preocupação com a aproximação da zona de rebaixamento, enquanto o Corinthians ganha fôlego, mas ainda depende dos demais resultados para terminar a rodada fora da zona.

INSTAGRAM



ARTHUR FONTES



Flamengo se aproxima da taça, mas Palmeiras ainda tem chance de título

O Flamengo se aproximou do título brasileiro ao vencer o Athletico-PR por 2 a 1 no Maracanã e contar com a derrota do Palmeiras pelo mesmo placar para o Cruzeiro, no Mineirão. Com 79 pontos, o time carioca abriu seis de vantagem sobre o rival, que soma 73, a três rodadas do fim. O confronto entre os dois, no Nubank Parque, em São Paulo, reúne o líder e seu perseguidor em um momento decisivo da disputa. A situação levou Abel Ferreira a adotar um discurso de desistência, apesar de o Palmeiras ainda ter possibilidades matemáticas de ser campeão. "Não, este título está entregue. Por isso, agora vamos fazer aquilo que for melhor para o Palmeiras", afirmou o treinador em entrevista coletiva após a derrota em Belo Horizonte. A fala parece antecipar um desfecho que a classificação ainda não confirmou. Para o Flamengo, a vantagem torna o encontro uma oportunidade de buscar a taça na casa do adversário; para o Palmeiras, resta tentar contrariar em campo o duro diagnóstico de seu próprio técnico.

Seleção Brasileira longe do esperado

INSTAGRAM



O Brasil respondeu às críticas pela derrota por 3 a 2 para o Japão com uma goleada por 7 a 0 sobre Singapura, no Estádio Nacional, em Kallang. Foi uma reação convincente da seleção no segundo e último amistoso previsto para a Data Fifa, com Vinícius Júnior em destaque. Aos nove minutos, Bruno Guimarães recuperou a bola após um erro da defesa e serviu o atacante, que encerrou um jejum de quase três meses. Vinícius voltou a marcar aos 15 e aos 21 minutos, completando seus três gols na partida. Antes do intervalo, participou de duas jogadas que terminaram em gols anulados: o de Rayan, por impedimento, e o de Estêvão, por falta no início da jogada. Endrick também aproveitou a oportunidade para mostrar serviço. O atacante enfrenta dificuldades no Real Madrid e despertou interesse de clubes, entre eles o Sporting. Ali, poderia reencontrar Paulo Fonseca, que o comandou no Olympique Lyon. A goleada traz alívio após o revés e valoriza a atuação de quem aproveitou a chance de responder em campo.

CBF



CBF prevê perda de pontos para clubes que atrasarem salários de atletas

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) vai incluir no pacote de fair play uma regra que prevê perda de pontos para clubes com salários de jogadores e comissão técnica em atraso. A punição poderá levar uma equipe a começar o Campeonato Brasileiro com menos três pontos. É uma cobrança pertinente: compromissos financeiros com quem trabalha no futebol passam a ter consequência direta na classificação. Segundo a entidade, os clubes deverão demonstrar à Agência Nacional de Regulação e Sustentabilidade do Futebol (ANRESF), antes do início da competição, que estão em dia com esses pagamentos. Se houver um atraso, haverá punição. A CBF também fará verificações em outros três momentos durante o campeonato. A medida foi explicada e debatida em reunião com representantes das Séries A e B, em um hotel no Rio de Janeiro. A implementação começará pela segunda divisão e chegará depois à elite. A perda de pontos está prevista para os clubes que descumprirem a exigência de manter os salários em dia.



ABC DO INTERIOR

robertobaiabarros@hotmail.com



Destaque na comunicação

O jornalista Roberto Baía representou o secretário municipal de Governo de Arapiraca, Yale Fernandes, na 23ª edição do Prêmio Odete Pacheco da Comunicação, realizada na noite da última terça-feira, 17, no Espaço Cultural Reitor João Sampaio, no Cesmac, em Maceió. Yale esteve entre os homenageados da cerimônia que reuniu profissionais de destaque do jornalismo, rádio, televisão e publicidade.

Nomes reconhecidos

A edição teve como principal homenageado o jornalista Márcio Canuto, em reconhecimento à sua trajetória de destaque nacional na televisão e no rádio. Também foram homenageados profissionais como Édson Mauro, Sonia Bridi, José Raimundo, Carlos Rudiney e Marco Moura. Entre os representantes de Alagoas, além de Yale Fernandes, estiveram Paulo Marcelo Tavares, Carlo Bandeira, André Avlis e Cinara Corrêa.

Memória histórica

Idealizado por Marcus Assunção e Fafá Rocha, o Prêmio Odete Pacheco também celebrou os 78 anos da Rádio Difusora de Alagoas. A solenidade contou com uma exposição organizada por Zé Lins, reunindo registros históricos da emissora e destacando sua contribuição para a radiodifusão. A participação de Roberto Baía na cerimônia também marcou a presença de Arapiraca em uma noite dedicada à valorização da comunicação alagoana e brasileira.

Negou o crime

A ex-prefeita de Anadia Sânia Teresa Palmeira de Barros negou ter participado do planejamento do assassinato do médico e ex-vereador Luiz Ferreira. Durante o segundo dia de julgamento, realizado na quarta-feira, 18, em Maceió, ela se emocionou e chorou em diferentes momentos do interrogatório. Ao responder às perguntas, afirmou que nunca teve conhecimento de possíveis investigações que o ex-vereador estaria conduzindo contra sua administração.

Bastidores políticos

Questionada sobre a relação com Luiz Ferreira, Sânia declarou que o considerava amigo, o que provocou a reação de uma familiar da vítima, que deixou o plenário. A ex-prefeita também negou ter ameaçado vereadores, pressionado parlamentares ou interferido nas atividades da Câmara Municipal. Sobre a aquisição de combustíveis sem licitação no início de seu mandato, confirmou que houve a operação, mas justificou que a contratação ocorreu em razão de uma situação emergencial.

Julgamento decisivo

O júri também tem como réu Wallemberg Wanderson Torres da Silva, acusado de envolvimento no homicídio e atualmente foragido. O assassinato de Luiz Ferreira aconteceu há 15 anos e já havia resultado na condenação de outras quatro pessoas. A sessão encerrada na madrugada da quinta terminou com a condenação de Wallemberg a 30 anos de prisão e a absolvição da ex-prefeita, contra a qual o Ministério Público já recorreu.

Fiscalização nas rodovias

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) iniciou na quinta-feira, 19, a Operação Dia da Consciência Negra 2026 em Alagoas. A mobilização segue até este domingo, 22, com reforço do policiamento e das fiscalizações nas rodovias federais que cortam o estado. A iniciativa busca reduzir acidentes durante o feriado prolongado e garantir mais segurança aos motoristas e passageiros.

Atenção motociclistas

Um dos principais focos da operação é a prevenção de acidentes envolvendo motocicletas, que estão entre os veículos com maior participação em ocorrências graves nas estradas. Os agentes vão intensificar as abordagens para identificar infrações como excesso de velocidade, falta de habilitação, licenciamento irregular, ausência de capacete e manobras realizadas sem os devidos cuidados.

Segurança viária

As equipes também atuam no combate à combinação de álcool e direção, às ultrapassagens proibidas e ao desrespeito às normas de trânsito. A PRF orienta os condutores a revisar os veículos antes de viajar, respeitar os limites de velocidade, manter distância segura e utilizar corretamente os equipamentos de proteção. A expectativa é reduzir o número de acidentes e preservar vidas durante o período da operação.

Água desviada

Duas ligações clandestinas foram descobertas em Olivença, no Sertão de Alagoas, durante uma fiscalização da Conasa Águas do Sertão. Os desvios eram utilizados para abastecer um parque de vaquejada e baias de cavalos, prejudicando o fornecimento de água para aproximadamente 50 imóveis. Moradores denunciaram constantes interrupções e relataram ter ficado até 15 dias sem abastecimento. O proprietário da instalação irregular foi levado por policiais militares ao Cisp de Santana do Ipanema.

Fiscalização ampliada

As inspeções também identificaram irregularidades em Delmiro Gouveia, Major Izidoro e Dois Riachos, onde a água era desviada para reservatórios particulares e caminhões-pipa. Em Major Izidoro, uma ligação poderia retirar até 3,96 milhões de litros da rede por mês. Já em Dois Riachos, cinco pessoas foram conduzidas à polícia e a interrupção dos desvios contribuiu para a recuperação do abastecimento em quase 300 residências.

PELO INTERIOR

... A Prefeitura de Girau do Ponciano realiza, no dia 28 de novembro, a celebração do Dia do Evangélico com o projeto Girau Para Cristo – Todos Somos Um. O evento começa às 18h, na Praça de Eventos Vereador Elói Cabral, reunindo igrejas e fiéis.

... A programação terá apresentações de Marta Silva, Loroama Costa e da Dupla de 5, além de momentos de oração e pregação com Ailton França. A proposta é valorizar os talentos gospel da região e fortalecer a união entre as igrejas.

... Em sua quarta edição, o evento conta com a parceria de mais de 16 lideranças religiosas e também oferecerá sorteios de eletrodomésticos, televisores e outros brindes. A iniciativa tem apoio da Câmara Municipal e do deputado estadual Gilvan Barros Filho.

... O 3º Batalhão de Polícia Militar (3º BPM), sediado em Arapiraca, já recuperou 144 veículos com registros de roubo ou furto em Alagoas ao longo de 2026. O balanço foi divulgado pela unidade na quarta-feira, 18.

... Somente nos primeiros dias de novembro, as equipes do batalhão conseguiram recuperar sete veículos durante ações de patrulhamento e abordagens. Segundo a unidade, os resultados refletem o trabalho de combate aos crimes patrimoniais na região.

... As recuperações permitem que os veículos sejam devolvidos aos seus legítimos proprietários. O 3º BPM informou que continuará intensificando as ações de segurança para combater roubos e furtos e proteger a população.

... A programação pelo Dia da Consciência Negra em Arapiraca foi realizada na quinta-feira, 19, e sexta, 20, com atividades culturais promovidas pela Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Cultura.

... Na quinta, a Casa da Cultura recebeu a exibição do documentário "Pau d'Arco: Arvore que se Renova", seguida de uma roda de conversa com estudantes da rede municipal sobre o livro "Gente Quilombola".

... Na sexta-feira, a Banda Brilho da Raça realizou um ensaio aberto, no final da tarde, na Avenida Senador Benedito de Lira. A apresentação celebrou a cultura afro-brasileira e a resistência da Comunidade Quilombola do Carrasco.

... A todos um ótimo final de semana e até a próxima edição!

SAÚDE

Grupo de Pele da Santa Casa de Maceió recebe certificação pela prevenção de lesões causadas por adesivos médicos

Reconhecimento foi destaque no III Simpósio do Grupo de Pele, que reuniu profissionais para discutir cuidados com estomas, prevenção de dermatites e tratamento de feridas complexas

DA REDAÇÃO







A certificação em Boas Práticas na Prevenção de MARSI, sigla em inglês para lesões de pele relacionadas ao uso de adesivos médicos, foi um dos destaques do III Simpósio do Grupo de Pele da Santa Casa de Maceió. Realizado nos dias 11 e 12 de novembro, com o tema "Não se previne sem o olhar". O encontro reuniu profissionais do Complexo em palestras, mesas-redondas e atividades práticas.

Conquistada pelo Grupo de Pele, a certificação reconhece a adoção de boas práticas na prevenção de lesões que podem ocorrer durante procedimentos comuns na rotina hospitalar, como a troca de um curativo ou a retirada da fita que fixa um cateter. A avaliação da pele de cada paciente orienta a escolha do adesivo, o uso de barreiras protetoras e a técnica de remoção.

Na abertura do simpósio, Rita Domansky abordou o impacto dessas lesões na cicatrização. Já a enfermeira Sílvia Karla, supervisora do Grupo de Pele, discutiu o papel das lideranças de enfermagem na prevenção de lesões e no fortalecimento da cultura de segurança do paciente.

No segundo dia, uma das mesas-redondas discutiu como prevenir complicações em pacientes com estomas intestinais, aberturas cirúrgicas no abdome para a eliminação de fezes. Com participação do cirurgião Claudemiro Neto e das enfermeiras estomaterapeutas Dominique Agra e Marceli Bêtti, o debate tratou da escolha do dispositivo adequado a cada tipo de estoma e dos cuidados para evitar dermatites na pele ao redor da abertura.

Na mesa "Prevenção de lesão em membros inferiores: olhar, avaliar e agir", os participantes discutiram como identificar riscos nas pernas e nos pés. A sessão incluiu a apresentação de um caso clínico e abordou o uso da terapia por pressão negativa como parte do tratamento de feridas complexas.

Os cuidados no fim da vida também tiveram espaço na programação. A mesa "Além da pressão" abordou os critérios que ajudam a equipe a diferenciar uma lesão por pressão da falência cutânea que pode ocorrer nessa fase. A discussão incluiu os cuidados de enfermagem para proporcionar conforto aos pacientes com feridas, com atenção à pele da pessoa idosa.

A programação também contemplou debates sobre prevenção de dermatites, tecnologias preventivas, medicina hiperbárica e uso responsável de antimicrobianos no tratamento de feridas. À tarde, os participantes percorreram oito estações de atividades práticas, com demonstrações de técnicas e recursos utilizados na assistência.

DEZ ANOS DE ATUAÇÃO

A trajetória do Grupo de Pele da Santa Casa de Maceió começou em meados de 2016, a partir de um projeto desenvolvido quando Isabelle Oliveira atuava como supervisora da Gestão de Enfermagem da instituição. A iniciativa surgiu da necessidade de estruturar um serviço que integrasse a prevenção de lesões de pele e o tratamento de feridas, fortalecendo a assistência aos pacientes internados.

Após a apresentação e aprovação do projeto pela direção, a enfermeira Sílvia Karla foi convidada a integrar a iniciativa e participou do processo de reestruturação e consolidação do Grupo de Pele. Atualmente, Isabelle é gestora administrativa da Maternidade Santa Casa Nossa Senhora da Guia, enquanto Sílvia Karla responde pela supervisão do grupo.

"Nessa última década, o Grupo de Pele vem desenvolvendo um trabalho científico com o projeto de prevenção de lesões por pressão da instituição", destaca Sílvia Karla. Segundo a enfermeira, a atuação também contempla o tratamento de feridas, com a participação de profissionais especializados em dermatologia e estomoterapia.

Para Isabelle Oliveira, a estruturação do serviço representou um avanço na qualidade da assistência prestada pela instituição. "A gente não consegue ver a instituição sem a atuação do Grupo de Pele, porque ele faz todo um trabalho de prevenção e tratamento, melhorando a qualidade na assistência, a segurança do paciente e os indicadores da instituição", afirma.



CULTURA EM FOCO

AGNES TORRES
agnestalmeida@gmail.com

Os desafios da salvaguarda do Patrimônio Imaterial

A preservação do patrimônio imaterial exige muito mais do que o reconhecimento burocrático do Estado; ela depende de condições materiais reais para que comunidades e mestres mantenham suas tradições em atividade. Embora o Brasil tenha avançado na criação de marcos legais para identificar e documentar manifestações culturais não tangíveis, o grande impasse reside na distância entre o que está no papel e a sustentação dessas práticas nos territórios. Sem políticas contínuas que garantam renda, espaço e transmissão de saberes, expressões fundamentais da identidade local correm o risco de serem celebradas apenas como símbolos históricos, enquanto enfraquecem na vida real.

Ampliação do conceito de patrimônio e o marco legal brasileiro

A compreensão institucional sobre o patrimônio cultural brasileiro passou por uma transformação profunda a partir da Constituição Federal de 1988. Ao incorporar os modos de criar, fazer e viver em seu artigo 216, o texto constitucional deslocou o olhar exclusivo sobre monumentos e edificações para valorizar as expressões imateriais.

Essa evolução jurídica foi consolidada pelo Decreto nº 3.551/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Sob a coordenação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o sistema passou a organizar essas manifestações em quatro eixos fundamentais: saberes, celebrações, formas de expressão e lugares.

Para mapear essa diversidade diretamente nos territórios, o órgão utiliza metodologias participativas como o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), baseadas na escuta e na análise das dinâmicas locais.

Salvaguarda não é engessamento

O reconhecimento formal de um bem imaterial não assegura sua proteção automática. Enquanto bens materiais exigem conservação física para não se deteriorarem, práticas imateriais precisam de movimentação social e atualização constante para permanecerem vivas.

É nesse ponto que entra o conceito de salvaguarda: um conjunto articulado de ações voltadas à documentação, ao apoio comunitário, à transmissão de conhecimentos e ao fortalecimento das condições de existência da prática. Salvaguardar não significa congelar uma tradição no tempo como uma peça de museu, mas oferecer suporte para que ela se adapte e continue sendo exercida por quem a detém.

Entraves

Em Maceió e no interior alagoano, a tensão entre o reconhecimento institucional e a fragilidade cotidiana é facilmente observada. O artesanato do filé, produzido no Pontal da Barra, exemplifica essa complexidade: embora possua Indicação Geográfica reconhecida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) vinculada ao Instituto do Bordado Filé (INBORDAL), a certificação por si só não resolve os entraves enfrentados pelas artesãs.

A continuidade desse ofício depende diretamente de acesso justo ao mercado, retorno financeiro digno, tempo disponível e permanência das trabalhadoras em seu território de origem. O mesmo desafio atinge manifestações tradicionais como o coco de roda, o guerreiro e o pastoril. Essas expressões populares não precisam de decretos para existir, mas dependem de infraestrutura permanente, acesso a espaços e redes comunitárias fortalecidas para não sucumbirem à falta de apoio.

Política estruturante

Quando o poder público limita sua atuação ao registro documental ou a contratações esporádicas em períodos festivos, produz-se um efeito perverso: a cultura passa a ser exaltada no discurso oficial, mas permanece precarizada na prática diária.

Garantir a efetiva salvaguarda do patrimônio imaterial exige superar ações pontuais e adotar políticas públicas estruturantes. Isso significa integrar patrimônio, economia, educação e planejamento territorial, assegurando que o foco da gestão deixe de ser apenas a preservação de um bem isolado e passe a ser o fortalecimento integral das pessoas e comunidades que mantêm a cultura viva.

Consulta Pública debate futuro do livro e da leitura em Alagoas



A formulação de uma política pública permanente para o livro, a leitura e a literatura ganha destaque em Alagoas por meio de uma consulta pública promovida pela Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa (Secult) em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (Seduc). O encontro, sediado na Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos, em Maceió, e transmitido pelo canal oficial da Secult no YouTube, consolida-se como um marco estratégico para ouvir diretamente escritores, bibliotecários, educadores, mediadores de leitura e iniciativas comunitárias na construção do Plano Estadual do Livro e Leitura de Alagoas (PELL-AL).

A relevância dessa escuta ativa reside na necessidade de transformar demandas históricas do setor literário em políticas contínuas de Estado, superando ações isoladas. Ao abrir o diálogo com quem atua cotidianamente nos territórios, a proposta busca diagnosticar as desigualdades regionais de acesso aos bens culturais e estruturar soluções que reflitam a diversidade social e artística alagoana, integrando instituições de ensino, municípios e organizações da sociedade civil.

Alinhado às diretrizes da Política Nacional de Leitura e Escrita (Lei nº 13.696/2018) e do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), o PELL-AL estrutura-se em quatro eixos fundamentais: a democratização do acesso ao livro, à leitura, à literatura e às bibliotecas; o fomento à leitura e à formação de mediadores; a valorização institucional e simbólica da leitura; e o fortalecimento da cadeia criativa e produtiva do setor editorial. Dessa forma, o plano projeta a leitura não apenas como ferramenta educacional, mas como direito cidadão e vetor de desenvolvimento cultural para o estado.


ENIO
AJUSTE FISCAL
esquerda
direita